Ailton Krenak - Aldo Fornazieri - Boaventura de Sousa Santos - Christian Dunker - Gilberto Maringoni
Helena Nader - Heloísa Starling - José Sócrates - Luiz Gonzaga Belluzzo - Macaé Evaristo
Marcos Coimbra - Mino Carta - Nathan Caixeta - Pedro Serrano - Priscila Cruz - Rita von Hunty
Sergio Machado Rezende - Tereza Campello

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXVIII Nº 1240 R$ 27,90
28 DE DEZEMBRO DE 2022
9 771809 669002 01240

Edição de fim de ano

NA CONTRAMÃO DO MUNDO

O BRASIL GANHA CONFIANÇA NO FUTURO

Índice

28 de dezembro de 2022 • Ano XXVIII • Nº 1240

A liderança de Lula precipita confiança no futuro. Pág. 6

CAPA: PILAR VELLOSO. FOTO: ISTOCKPHOTO

DOUGLAS MAGNO/AFP

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuelle Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Orlando Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Martin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset
editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaile Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001 www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

Cartas Capitais

DERROTA ANUNCIADA

Desde que abdicamos do futebol arte pelo futebol de resultados, o resultado é este.
Ricardo Fernandes

BOLSA-ESTUPRADOR

As iniciativas retrógradas contra as mulheres e os direitos reprodutivos vão além do que está sendo denunciado. Essa turma parece desejar a estatização do útero. O chamado Estatuto do Nascituro é um enorme retrocesso, confere a um embrião a mesma proteção do Estado que qualquer outro cidadão nascido. Daqui a pouco vai ser possível fazer um seguro de vida em seu nome e, talvez, declará-lo dependente no Imposto de Renda. É uma aberração jurídica.
Adilson Roberto

O NÚCLEO

Temos o dever cívico de fazer tudo para o governo Lula ser efetivo nas mudanças sociais e econômicas de que o Brasil precisa, pois, se ele não as fizer, veremos o retorno de uma extrema-direita feroz, voraz e talvez mais estruturada e organizada que a liderada pelo infantil presidente por ora em retirada.
Claudio Latorraca

GRILO FALANTE

O PSOL faz-se necessário para o PT não ceder demais ao Centrão.
Fábia Gablou

Não é hora de dividir! O PSOL é imprescindível para o futuro governo.
Eliana Rossi

Parabéns ao PSOL por estar nessa concertação da unidade popular, para barrar o ascenso da trajetória fascista.
Lauriberto Cassao

O PSOL está caminhando para sedimentar um partido de vanguarda progressista. Pode, inclusive, colher algumas vitórias nas próximas eleições, pois seus filiados amadureceram diante das dificuldades que o PT enfrentou.
Guilherme Santana

TRAJETÓRIA VITORIOSA

Não existe páreo para Lula, tanto que Bolsonaro entrou para a história como o primeiro presidente a não conseguir a reeleição, mesmo com toda a compra de votos, uso massivo da máquina pública, igrejas evangélicas, agronegócio etc.
Victor Gesta

RICOS NO IMPOSTO DE RENDA

O que impressiona é ver pobre defendendo o direito do rico de não pagar muito imposto e ainda se preocupar com o patrimônio alheio. O pobre de direita não precisa ser estudado, deve é voltar a estudar, isto sim.
João Carlos

Tem de aumentar os impostos sobre grandes fortunas. Na Europa, eles cobram impostos altíssimos e a sonegação é crime – ouviu, Neymar?
Isabel Cristina

O problema é que o Brasil concentra a fatia mais gorda da tributação no consumo. Os ricos empresários tratam esses impostos como custos de produção, repassam o valor para o preço das mercadorias. Ao cabo é o consumidor – sobretudo o mais pobre – quem efetivamente paga a conta.
Antonio Emilio

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A pantomima patética e caríssima

Enquanto se alarga o risco de uma guerra nuclear, o Brasil parece habilitado a escapar da desgraça

POR MINO CARTA

Papa Francisco, reformador da Igreja Católica, acaba de escrever uma carta de demissão. Pergunto aos meus espantados botões: está doente ou percebe o acerto das profecias de Malaquias? A cavaleiro dos dois milênios depois de Cristo, o monge irlandês formulou sua mensagem profética a respeito do destino de todos os papas, de Roma e do mundo. Último pontífice seria o 112º, ou seja, papa Francisco, *pastor et nauta*, pastor e navegador. No último ato do Apocalipse, desapareceria juntamente com Roma e o mundo, a bola de argila a girar elipticamente em torno do Sol.

Enquanto isso, a liderança de Lula atinge o seu nível máximo e precipita confiança no futuro. O Brasil anda na contramão do mundo, a viver no fio da navalha o risco de um conflito nuclear. O exército do novo czar Putin desfere uma guerra para se afastar da Europa e agride a Ucrânia com o intuito de se apossar das margens do Mar Negro. A Ucrânia, agredida, resiste em solidão. O Ocidente envia ao governo de Kiev dinheiro, armas, mantimentos, apoio moral, embora, na prática, se limite ao papel de observador de uma derrocada inevitável.

A dinheirama destinada a cofres diversos implora pela vingança do destino

Em vão cogitou-se de uma mediação chinesa e Putin se apressou a também rejeitar a intervenção do papa. Seu exército avança, chega a transpor as fronteiras da Polônia e redobra seus ataques. Para alguns povos, o fim do mundo já começou. Temo que o papa esteja convencido da inutilidade dos seus apelos à paz, como se a palavra final coubesse a Malaquias.

Quando falo da Irlanda, refiro-me à maior porção da ilha, não incluída a força dentro dos confins do Reino Unido. É uma terra de literatura esfuziante, de Jonathan Swift, inventor de Gulliver e das suas viagens extraordinárias, e James Joyce, que condensou a vida do seu

EMILIANO LASALVIA/AFP, REDES SOCIAIS, ISTOCKPHOTO, POLÍCIA FEDERAL DA BÉLGICA E KIRILL KUDRYAVTSEV/AFP

Malaquias foi mensageiro do futuro de destruição no mesmo instante em que os homens provavam sua vocação para o castigo

GIUSEPPE CACACE/AFP E ISTOCKPHOTO

Todo exibicionismo de uma ditadura que tortura os pobres para favorecer os ricos

Ulysses em um único dia. Faço questão de acentuar que a Irlanda é pátria também da melhor cerveja preta do mundo, ideal para noitadas alegres que não são as de agora.

De todo modo, as profecias de Malaquias, já contemplado pela hagiografia católica e proclamado santo, ao longo dos séculos revelaram-se certeiras. E ninguém como Francisco sabe disso. Valente e sagaz, Francisco já venceu a sua primeira batalha contra a Cúria Romana nascida à sombra de João Paulo II, tolerante em relação a inúmeros pecados, entre os quais figuram a atuação devassa do cardeal Paul Marcinkus e a lavagem de dinheiro mafioso por parte do IOR, Banco do Vaticano. Mesmo assim, Francisco levou o confronto de vencida com a expressão mais plácida estampada no rosto. Agora, a refrega envolve um mundo cada vez mais doente.

Mesmo o campeonato mundial de futebol, independentemente da qualidade excepcional de jogadores do porte de Lionel Messi e Kylian Mbappé, mergulha novamente na corrupção, já praticada pela quadrilha de Havelange, Teixeira e Blatter. O sucessor, o suíço Infantino, não é CEO de uma grande multinacional, é um monumental vendilhão do Mundial aos príncipes do Catar, dados irresistivelmente a desrespeitar os direitos humanos, torturadores exímios de quem protesta. E ainda vale acrescentar o comportamento do presidente da França, Emmanuel Macron, que precipitadamente se desloca para Doha na qualidade de torcedor fanático da seleção derrotada. Penoso desempenho de um jovem afoito.

Surge nos vídeos uma maleta cheia de dinheiro até a borda, símbolo de uma tramoia a provar a corrupção esportiva que também é social, política e moral. Jornalistas italianos demonstraram que o dinheiro chegou às mãos de parlamentares europeus, entre eles cidadãos da península. À luz de uma visão objetiva da situação mundial, vale dizer, como os lo-

cutores de antanho, que somos obrigados a assistir a uma formidável "meléе na área". Atacantes e defensores se aglomeram diante do gol ameaçado, cada qual envolvido na tentativa de cumprir o compromisso a que foi chamado. Cada um a seu modo, há mesmo quem finja um esforço muito superior à sua vontade, no aguardo das trajetórias que a bola será capaz de tomar. De antemão, sabe-se que ela é por demais caprichosa.

Notável discrepância manifesta-se entre o Brasil e o mundo. Sorte nossa, ganhamos, subitamente, razões bem-postas de confiança no futuro, no mesmo momento em que o mundo caminha no sentido oposto, com todos os riscos

SIM, A FRANÇA NÃO É A PÁTRIA DO FUTEBOL, EM VÃO MACRON TORCEU DESESPERADAMENTE PELOS DERROTADOS

que o rumo encerra. Recomendava Spinoza, o filósofo judeu que se salvou ao fugir de Portugal e dos autos de fé para se refugiar na Holanda e afirmar a sua lição de vida: "Nem fé, nem medo". Preciosa recomendação que nos leva a evitar a palavra esperança, a qual, por si, não esconde a dúvida. Preferimos confiança, a afirmar um sentimento surgido da convicção.

O medo origina-se da nossa fragilidade confrontada com a eternidade de um universo sem-fim, onde tempo e espaço, invenções do ser humano para justificar a si próprio, não existem. Certo é viver a vida como ela é. No nosso caso, na contramão de uma crise mundial, preferimos confiar do que esperar. •

Depois da tormenta

Em meio ao calamitoso quadro da educação, o próximo governo terá de buscar mais recursos sem descuidar da gestão, avalia Priscila Cruz

A MARIANA SERAFINI

O cenário é desolador. Para 2023, Jair Bolsonaro reservou 5,9 bilhões de reais para a educação básica, valor 34% inferior ao orçamento deixado por Temer e a menor verba em 11 anos. As universidades federais, que chegaram a retardar a retomada das atividades presenciais por falta de recursos para pagar despesas básicas, como água e luz, seguem na penúria. Mais de 200 mil pesquisadores sofreram atrasos no pagamento de bolsas de mestrado e doutorado. Diversos órgãos do Ministério da Educação foram sucateados ou completamente abandonados. "É como se você tivesse uma casa destruída por um tornado. Depois de reerguê-la, ainda terá de equipá-la", compara Priscila Cruz, presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos pela Educação, que integra a equipe de transição do presidente Lula.

Diante do calamitoso cenário e do aperto fiscal imposto pelo teto de gastos públicos, a especialista defende que o novo governo tenha atenção redobrada ao planejar os investimentos na educação pública. "Não dá para desperdiçar recursos em projetos que não trarão resultados significativos para os alunos", afirma Cruz, mestre em Administração Pública pela Harvard Kennedy School of Government.

"Parece que um tornado devastou o MEC", diz a presidente do Todos pela Educação

Na avaliação da especialista, é indispensável melhorar a capacidade de gestão e buscar mais recursos para o setor, nessa ordem. "Não dá para inverter a sequência: primeiro, arranjar mais dinheiro e, depois, ver onde aplicar. É como se fosse uma dança de salão. O casal gestão e financiamento precisa estar entrosado." Cruz acrescenta que o Brasil não pode mais perder tempo. "É hora de fazer uma escolha: vamos direcionar mais recursos para o orçamento secreto ou para a educação? Para isenções fiscais ou para a ciência e tecnologia?" Confira a seguir a entrevista concedida a *CartaCapital*.

CartaCapital: Lula tem condições de recompor o orçamento da educação?

Priscila Cruz: O governo Bolsonaro destruiu a educação pública, a situação é de terra arrasada. O problema não se resume ao orçamento anêmico. Houve o abandono de diversas áreas, que demandarão ainda mais recursos nos próximos anos apenas para recuperar o que tínhamos antes. Darei um exemplo singelo: não houve investimento para a renovação do banco de perguntas do Enem. Segundo um diagnóstico do próprio Inep, responsável pela organização da prova, talvez não seja possível realizar o próximo exame por falta de material para preencher os cadernos de prova. Percebe a dimensão do estrago? Não basta, portanto, recompor o orçamento. É preciso assegurar um investimento adicional para arrumar minimamente o Ministério da Educação, o Inep, a Capes, que financia pesquisas nas universidades. Alguns órgãos terão de ser reconstruídos completamente. É como se você tivesse uma casa destruída por um tornado. Depois de reerguê-la, ainda terá de equipá-la. Precisaremos ter muita paciência para cobrar resultados da gestão Lula.

CC: Ainda é factível aquela meta de investir 10% do PIB no setor, como prevê o Plano Nacional de Educação?

EDUARDO AIGNER/MOS E REDES SOCIAIS

Ao menos 5 milhões de crianças ficaram fora da escola durante a pandemia, segundo o Unicef

"O PROBLEMA NÃO SE RESUME AO ORÇAMENTO ANÊMICO. HOUVE O ABANDONO DE DIVERSAS ÁREAS, QUE DEMANDARÃO AINDA MAIS VERBAS APENAS PARA RECUPERAR O QUE TÍNHAMOS ANTES"

PC: Não gosto desse tipo de mensuração arbitrária. Precisa investir aquilo que é necessário, e avançar ao longo do tempo. Agora é urgente recompor o orçamento. Estados e municípios tiveram queda na arrecadação tributária por conta dessa alteração nas regras do ICMS sobre combustíveis, uma das cortesias eleitorais de Bolsonaro. Não dá para fazer um salto de investimento a curto prazo, porque as redes estaduais e municipais, e do próprio Ministério da Educação, precisam ter capacidade financeira de arcar com as despesas. Simplesmente, fixar um valor mágico, como uma meta isolada de todo o resto, não vai trazer os resultados que a educação tanto precisa. Antes de tudo, o Brasil precisa assegurar que toda criança que esteja na escola permaneça nela e conclua o Ensino Médio com todas as aprendizagens a que tem direito. Para isso, é preciso ter recursos e políticas públicas bem implementadas. Se será necessário investir 6%, 8% ou 12%, isso será avaliado conforme a realidade de cada momento.

CC: Diante desse quadro de aperto fiscal e com o teto de gastos públi-

cos ainda vigente, o que precisa ser feito para melhorar a qualidade da educação básica e recuperar conteúdo perdido na pandemia?

PC: É por isso que insisto nesse ponto: a recomposição orçamentária precisa vir acompanhada de boas políticas públicas. Não dá para desperdiçar recursos em projetos que não trarão resultados significativos para os alunos brasileiros. Em outras palavras, é preciso melhorar a capacidade de gestão e buscar mais recursos, nessa ordem. Não dá para inverter a sequência: primeiro, arranjar mais dinheiro e, depois, ver onde aplicar. É como se fosse uma dança de salão. O casal gestão e financiamento precisa estar entrosado.

CC: Com a pandemia, 5 milhões de crianças ficaram fora da escola em 2020, segundo o Unicef. Esses alunos retornaram ou cresceu a evasão escolar?

PC: Não houve divulgação de dados nos últimos anos por parte do Inep. Salvo engano, o governo apresentou indicadores apenas da Educação Infantil. Estamos no escuro, sem saber a real dimensão do problema. O mesmo ocorre em relação à aprendizagem. Por conta da pandemia, houve uma discrepância muito grande na participação dos estados e municípios nas avaliações do Ideb e do Saeb. Não temos, portanto, um diagnóstico preciso da defasagem educacional provocada pela Covid. Há, porém, uma percepção de que a evasão aumentou muito, sobretudo no Ensino Médio.

CC: Na sua avaliação, quais deveriam ser as ações prioritárias do governo?

PC: Logo de saída, é preciso fazer a reestruturação institucional do MEC, da Caps, do Inep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Uma segunda tarefa é restituir o pacto federativo na educação básica. O presidente Lula, de forma acertada, anunciou várias vezes durante a campanha a intenção de convidar os governadores para uma reunião específica, para tratar de educação básica e desse atraso educacional causado pela pandemia. É preciso lançar uma política emergencial de recomposição da aprendizagem, conduzida de forma tripartite, entre União, estados e municípios. O próprio Todos Pela Educação tem um documento bastante extenso e detalhado a respeito do tema. Outra iniciativa importante é fortalecer a Secretaria da Primeira Infância e trazê-la para a estrutura da Presidência da República. Ali teríamos o berço de diversas políticas educacionais. No fundo, governar é definir prioridades. A alocação orçamentária é uma boa forma de medir a prio-

FOTOS: ...O/APE X IMAGES E UNIVERSIDADE DE TORONTO

Para se desenvolver, o Brasil se inspira no excludente Catar ou no inclusivo Canadá?

ridade dada por um governo a determinada área. Logo no início do mandato, será possível verificar se Lula prioriza mais a educação do que o antecessor, se ele vai realmente recompor o orçamento do MEC, se vai ao menos buscar um nível de investimento próximo do que tínhamos há quatro anos.

CC: Há tempos existe uma disputa entre os defensores de metas de desempenho para as escolas, com incentivos financeiros para quem se sair melhor, e aqueles que focam na melhora das condições de trabalho do professor, que não poderia ser punido pelos problemas de aprendizagem dos alunos, também influenciados por questões sociais. Como a senhora enxerga esse debate? Esses pontos de vista são realmente inconciliáveis?

PC: Não é bem assim. Não existem grupos monoliticamente separados, um que defende o aluno e outro preocupado com o professor. Acho que existe uma preocupação muito grande com todas as dimensões do problema. Pode não existir consenso na equipe de transição sobre alguns pontos, mas existem muitas convergências. Uma delas é de que a escola precisa ser um ambiente saudável para as crianças, para os alunos e professores. Tem de ser um lugar de aprendizagem, de desenvolvimento profissional docente. A escola tem de ser bem gerida, ter investimento. Não existe discordância em relação a isso. Há, porém, visões diferentes em relação aos caminhos para se chegar nesse resultado, o que, convenhamos, é muito salutar em uma democracia.

> “MELHORAR OS INDICADORES EDUCACIONAIS FAZ COM QUE A GENTE TENHA CRESCIMENTO ECONÔMICO CASADO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA”

CC: Estima-se que o Brasil investe em torno de 1% do PIB com Ciência e Tecnologia, enquanto nações como a Coreia do Sul aplicam mais de 4%. Não corremos o risco de perder o bonde do desenvolvimento?

PC: Com certeza. Vivemos em um país rico, mas com muitos pobres. Então, como a gente aumenta a classe média? Como podemos transformar o Brasil em uma nação de renda média alta? O País não pode cair na armadilha de ser um mero exportador de produtos de baixo valor agregado. Para crescer com boa distribuição de renda, é preciso investir em capital humano, em ciência, em tecnologia. Temos um potencial criativo enorme, que poderia contribuir para a geração de riqueza ao povo. Precisamos sair dessa estrada de terra esburacada e entrar numa autoestrada, para avançar mais rápido. E essa estrada asfaltada é a educação, o investimento no capital humano. É hora de fazer uma escolha: vamos direcionar mais recursos para o orçamento secreto ou para a educação? Para isenções fiscais ou para a ciência e tecnologia?

CC: Em que medida o baixo investimento em educação contribui para perpetuar as desigualdades no Brasil?

PC: Melhorar os indicadores educacionais faz com que a gente tenha crescimento econômico casado com distribuição de renda. Podemos ter outro projeto de país, a exemplo do perseguido pelo Catar, que possui uma elite riquíssima e uma gigantesca massa de miseráveis. Assim como podemos nos guiar pela experiência de países mais igualitários, como Noruega e Canadá. Esses dois países decidiram, em algum momento da sua história, que educação, ciência e tecnologia seriam os motores do seu desenvolvimento. ▪

Serpente de duas cabeças

Lavajatismo e bolsonarismo, irmanados na destruição do Estado de Direito, continuam à espreita

POR PEDRO SERRANO*

O Estado Democrático de Direito ampara-se em determinadas dimensões materiais e formais que podemos resumir em supremacia da Constituição, juridicidade, democracia, República, separação das funções estatais e garantia dos direitos fundamentais. A conformação do poder político e a organização da sociedade pelo Estado Democrático de Direito são, nesses termos, condição de realização da justiça em sua acepção plena.

Entretanto, o Estado de Direito e a democracia sucumbem ao agir soberano em decorrência, dentre outros fatores, da forte influência do positivismo analítico que, lastreado no paradigma subjetivo-idealista (*esquema sujeito-objeto*) e na pureza metodológica, alargou os limites da discricionariedade do agente estatal dotado do poder decisório. Nesse contexto, diversos espaços civilizatórios foram minados pelo agir soberano de matriz lavajatista e bolsonarista, consoante concepção schmittiana daquele que decide sobre a exceção e suspende direitos.

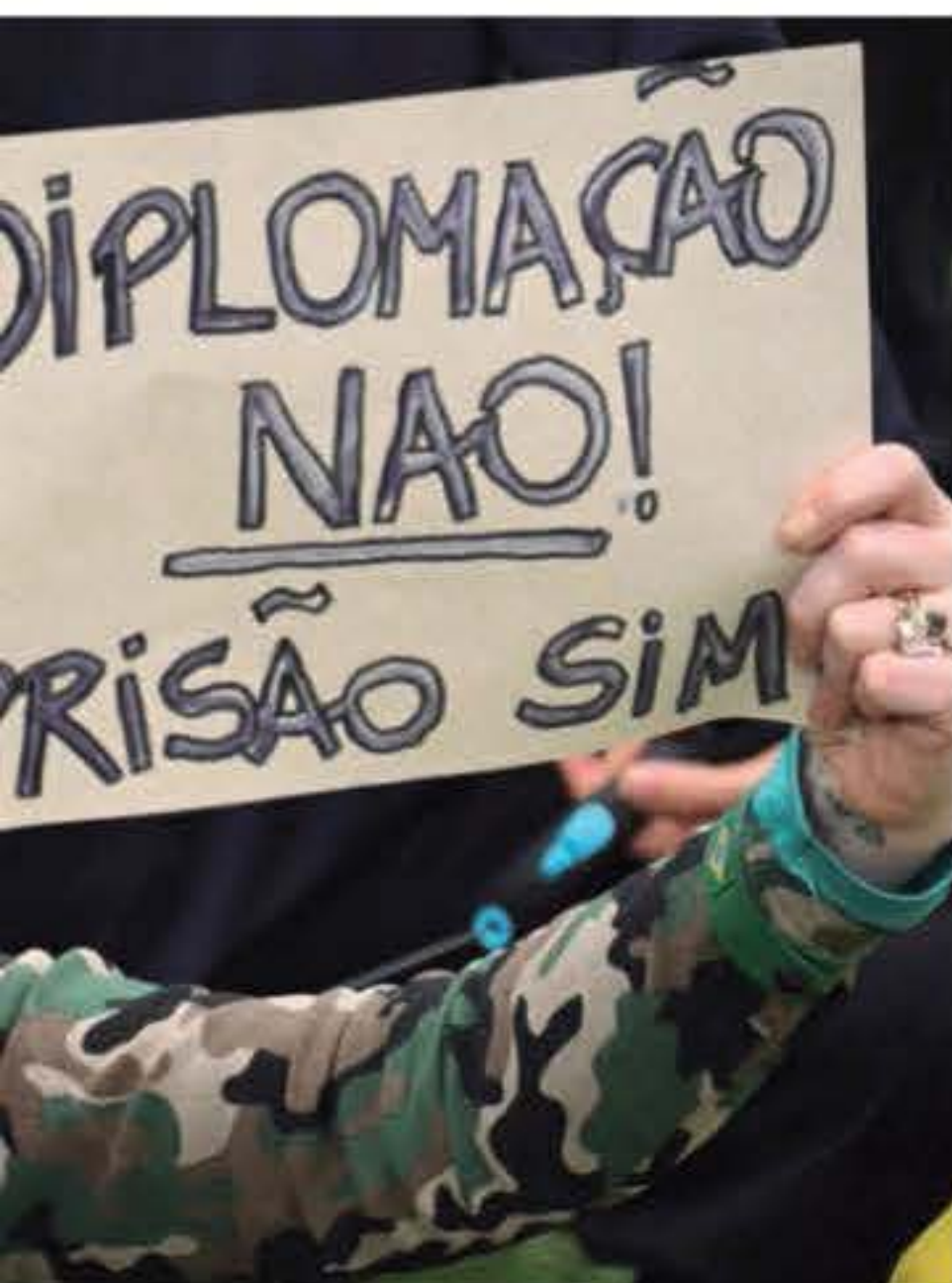
Pedro Serrano
Professor de Direito Constitucional e de Teoria Geral do Direito na Graduação, no Mestrado e no Doutorado da PUC-SP.

A lógica do lícito-ilícito, própria do Direito, foi superada por uma lógica absolutamente distinta. A referida exceção caracteriza-se, ainda, pela simplificação da decisão, a qual é desprovida de qualquer mediação real pelo Direito, e por uma provisoriedade inerente. Não se trata de extinguir o Direito, mas de suspendê-lo em situações específicas com finalidades extrajurídicas. A desumanização levada a efeito pela exceção ocorre escolhendo o inimigo e nomeando-o. É a linguagem que desumaniza o inimigo por meio do enquadramento em determinada categoria supressora de qualquer individualidade.

A análise do autoritarismo líquido, assim intitulado por não se assumir como tal, não ser uniforme e minar, em intensidades variadas, os âmbitos da vida democrática, impõe aprofundada avalisção dos fatores de desestabilização e de subversão dos direitos fundamentais e da democracia.

A premissa essencial é a de que os mais recentes mecanismos de exceção possuem uma lógica distinta dos Estados totalitários de outrora. Consoante acurada análise de Ernst Fraenkel do totalitarismo do século XX, a emergência do por ele intitulado *Estado dual* pressupu-

JORGE ARAÚJO/FOLHAPRESS E EVARISTO SÁ/AFP

A República de Curitiba, sob o comando de Dallagnol e Moro, pretendia instituir um novo poder no Brasil. Das suas ruínas, restam os zumbis acampados nas portas dos quartéis

nha a coexistência de *Estado-norma* e de um *Estado de prerrogativas:* de um lado, normas relativas às relações privadas e ao sistema de justiça visavam, essencialmente, garantir previsibilidade e continuidade do sistema capitalista, ao passo que, no campo dos direitos fundamentais, prevalecia a exceção pela suspensão do Direito e da Constituição. Para nós, a semelhança entre a cláusula de plenos poderes do artigo 48 da Constituição de Weimar com o Ato Institucional nº 5 de 1968 é cristalina.

Hoje em dia, nos deparamos com perfis distintos de autoritarismo. Por inexistir uma declaração de suspensão de direitos, há uma liquidez. As medidas de exceção são fragmentárias no sistema e convivem com decisões democráticas. Os direitos são suspensos de fato e de forma fraudulenta e não de modo declarado. Foram essas premissas que nos levaram a cunhar a expressão autoritarismo líquido para, com ela, nos referirmos às medidas de exceção no interior das rotinas democráticas e da processualística penal que, imersas em medidas fragmentadas e cirúrgicas, são acionadas sob uma aparência de

HOJE EM DIA, A OPERACIONALIZAÇÃO DE GOVERNOS AUTORITÁRIOS OCORRE POR MEIO DA RELAÇÃO PARASITÁRIA COM A LÓGICA DEMOCRÁTICA

juridicidade. A medida de exceção é Direito no plano estrutural, mas não é Direito no plano funcional.

Identificamos, em manifestações dessa natureza, um poder que se apresenta de forma bruta e, por consequência, por sua não autolimitação, nem mesmo por qualquer regra de racionalidade ou coerência. Ademais, as referidas medidas de exceção, muito além de representarem mera violação a determinado direito subjetivo, fulminam a própria relação que se estabelece entre o Estado e os indivíduos em termos civilizatórios e, por essa razão, subvertem o próprio Estado de Direito e a democracia constitucional. Por essas razões, consignamos que a operacionalização de governos autoritários ocorre, na contemporaneidade, por meio de uma relação parasitária com a lógica democrática, pela aparência de respeito às instituições, à democracia e ao Estado de Direito.

Ao contrário da brusca interrupção do Estado Democrático para a instauração de um Estado de exceção, convivem um Estado Democrático de Direito subvertido, que se realiza apenas abstratamente, e um Estado de exceção que, mesmo lastreado em técnica de governança permanente de exceção, não se assume como tal. Portanto, uma das características do contemporâneo autoritarismo está, em vez da interrupção do Estado Democrático de Direito pela instauração de um Estado totalitário, na inserção de mecanismos típicos da exceção no interior da rotina democrática. Tais mecanismos se hospedam na estrutura estatal na forma de um autoritarismo líquido que convive com medidas democráticas e legítimas.

O autoritarismo líquido, tanto quanto o adensamento típico do Estado autoritário, é nefasto. Confere ao Estado um poderio que, diluído na rotina democrática, enfraquece os mecanismos de controle social do poder, bem como da sua instrumentalidade. Diante do quadro de recrudescimento das investidas contra a democracia e contra os direitos humanos e fundamentais pelo lavajatismo e pelo bolsonarismo, isso por meio de medidas de exceção típicas do autoritarismo líquido, ainda que substancialmente adensadas, a grande tarefa para o futuro é garantir a consolidação e a efetividade da democracia e dos direitos.

Especificamente com relação ao lavajatismo, insta consignar que nos ensina a clássica dogmática que a obediência à racionalidade jurídica – especialmente em seus caracteres passividade, vinculação ao Direito, imparcialidade e dever de fundamentação – confere ao sistema de justiça uma qualificação técnico-jurídica que legitimaria toda e qualquer técnica decisória. Entretanto, a teoria da decisão jurídica, o que inclui a judicial, não se subsome, como pretende a vetusta processualística, à mera compreensão de tais aspectos.

Ao Judiciário cabe, nas democracias contemporâneas, a última palavra em termos de interpretação da ordem jurídica. Em países como os latino-americanos, providos de Constituições analíticas, boa parte das decisões sobre os diversos campos da vida pública, da vida em comunidade e dos comportamentos humanos acaba transferida do âmbito legislativo para o jurisdicional. Nesse cenário, a Operação Lava Jato inseriu-se no contexto dos processos penais de exceção, bem como na materialização da presença do Estado autoritário no interior das rotinas democráticas.

Os processos penais de exceção tornaram-se, sobretudo a partir da década de 1990, em relevante manifestação do autoritarismo estatal por meio da adoção de mecanismos tais como encarceramento em massa, fracassada guerra às drogas, banalização na utilização das prisões provisórias, seletividade da punição criminal, desrespeito aos direitos e garantias penais e processuais penais, espetacularização e condenação midiática, hipernomia e apropriação privada da linguagem pelo aplicador da norma. A perseguição de líderes políticos por meio de processos

A deusa Themis fechou os olhos para os desmandos das corporações, poder paralelo que ameaça as liberdades e o próprio País

penais de exceção pelo lavajatismo desaguou no autoritarismo de matriz bolsonarista, cujo adensamento foi o mais deletério desde o fim da ditadura. Os processos penais de exceção fulminaram o princípio da imparcialidade nos seus aspectos mais basilares, o que assumiu feições particularmente nefastas com a vulgarmente conhecida Operação Lava Jato, no âmbito da qual houve, em especial, severo comprometimento da imparcialidade da jurisdição, inclusive por meio da materialização de características incontestes da identificação de um inimigo e suspensão de direitos pela suposta ameaça que ele representaria ao Estado.

A exceção materializada em referidas fraudes não se identifica, ao menos exclusiva ou indistintamente, com a discricionariedade judicial, própria das concepções analíticas do Direito, com o erro judicial (*error in judicando* ou *error in procedendo*), com a figura do juiz solipsista que decide segundo sua consciência ou, ainda, com qualquer caso inequívoco de ativismo judicial ou outras formas de decisionismo.

O olhar para o futuro pressupõe, antes de tudo, o reconhecimento dos nossos recentes fracassos, a insuficiência dos nossos manuais clássicos e a falibilidade das nossas instituições. É fundamental, ainda, compreender as causas e as consequências do deslocamento do poder soberano do povo para aquele que toma para si a possibilidade de, inclusive pela mobilização de afetos públicos e em solapamento da verdade e da coesão social, decidir sobre a exceção. Trata-se do antídoto contra a gradual fragilização dos direitos fundamentais, dos espaços e dos sentidos da democracia e, por fim, da relação de pertencimento à sociedade.

> **A PERSEGUIÇÃO DE LÍDERES POLÍTICOS POR MEIO DE PROCESSOS PENAIS DE EXCEÇÃO PELO LAVAJATISMO DESAGUOU NO AUTORITARISMO DE MATRIZ BOLSONARISTA**

O enfrentamento à gradual fragilização dos espaços e dos sentidos da democracia e da relação de pertencimento à sociedade requer que desnudemos os artifícios de um autoritarismo de diluição e enfraquecimento do pacto civilizatório e da coesão social. Medo, ódio, ressentimento, decepção, raiva e angústia foram, como nunca, capturados pelo soberano por meio de narrativas pretensamente racionais e legitimadoras da imposição de mecanismos de segregação e violência, em prejuízo da pluralidade e da tolerância.

A reconstrução, bem como o olhar para o futuro, requer incondicional compromisso com a democracia e com os direitos fundamentais. O lavajatismo e o bolsonarismo desenharam-se por inéditas e desafiadoras formas e discursos, o que nos leva a alertar que a história humana não ocorre em fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece ao inadvertido. Ao contrário, ela se revela pelos processos complexos, nos quais elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Inexistem, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções civilizatórias. Só há ordem na mera descrição histórica, bem como nas tentativas de sua compreensão pelos manuais escolares. Na história vivida prevalece o caos.

FELLIPE SAMPAIO/STF E RICARDO BOTELHO/BRAZIL PHOTO PRESS/AFP

Utopia regressiva

O bolsonarismo invoca uma assombração ideológica, mitificação histórica reacionária

POR HELOISA MURGEL STARLING*

Nas primeiras décadas do século XXI, em um futuro não muito distante, Souza, um professor de História, residente na cidade de São Paulo, foi aposentado punitivamente da universidade. Personagem de *Não Verás País Nenhum*, o segundo volume da trilogia que Ignácio de Loyola Brandão escreveu sobre o Brasil contemporâneo, o professor vivia em tempos sombrios quando a história era reescrita dia após dia – desde a ascensão súbita de um governante que, primeiro, degradou a democracia e, depois, a destruiu. Souza, contudo, insistia em desmontar na sala de aula os procedimentos e a técnica de poder utilizados pelo chefe de Estado para manipular e falsificar os fatos históricos e apregoá-los à população. Talvez um pouco culpado por não ter feito grande coisa contra a instalação do arbítrio, o professor decidiu-se a agir do único modo que sabia e puxou a ponta do fio principal da trama do livro. Vai relatar aos outros os acontecimentos de um passado recente que mostram quando foi que o Brasil se tornou – ou se tornará – um país aviltado por uma forma moderna de tirania, onde tudo se destrói em troca de nada.

Heloisa Murgel Starling
Historiadora, cientista política e professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais. O texto foi publicado originalmente na edição de dezembro do *Suplemento Pernambucano*.

"Tudo parecia tão promissor nos Abertos Oitenta", relembrava o professor de História. E arrematava irônico, como quem deseja espantar a melancolia: "Quem diria que tudo ia acabar assim, num clima de ridícula e subdesenvolvida ficção científica?" O Brasil é o ponto de mirada de Loyola Brandão, e *Não Verás País Nenhum* borra a divisa entre a história e a ficção para assombrar a imaginação dos leitores, porque há nele a imagem vívida de uma distopia: uma sociedade projetada no futuro e saturada de ingredientes do tempo presente que exibe, de maneira quase rigorosamente descritiva, o momento preciso em que o esforço civilizatório entre nós se interrompeu e se degradou.

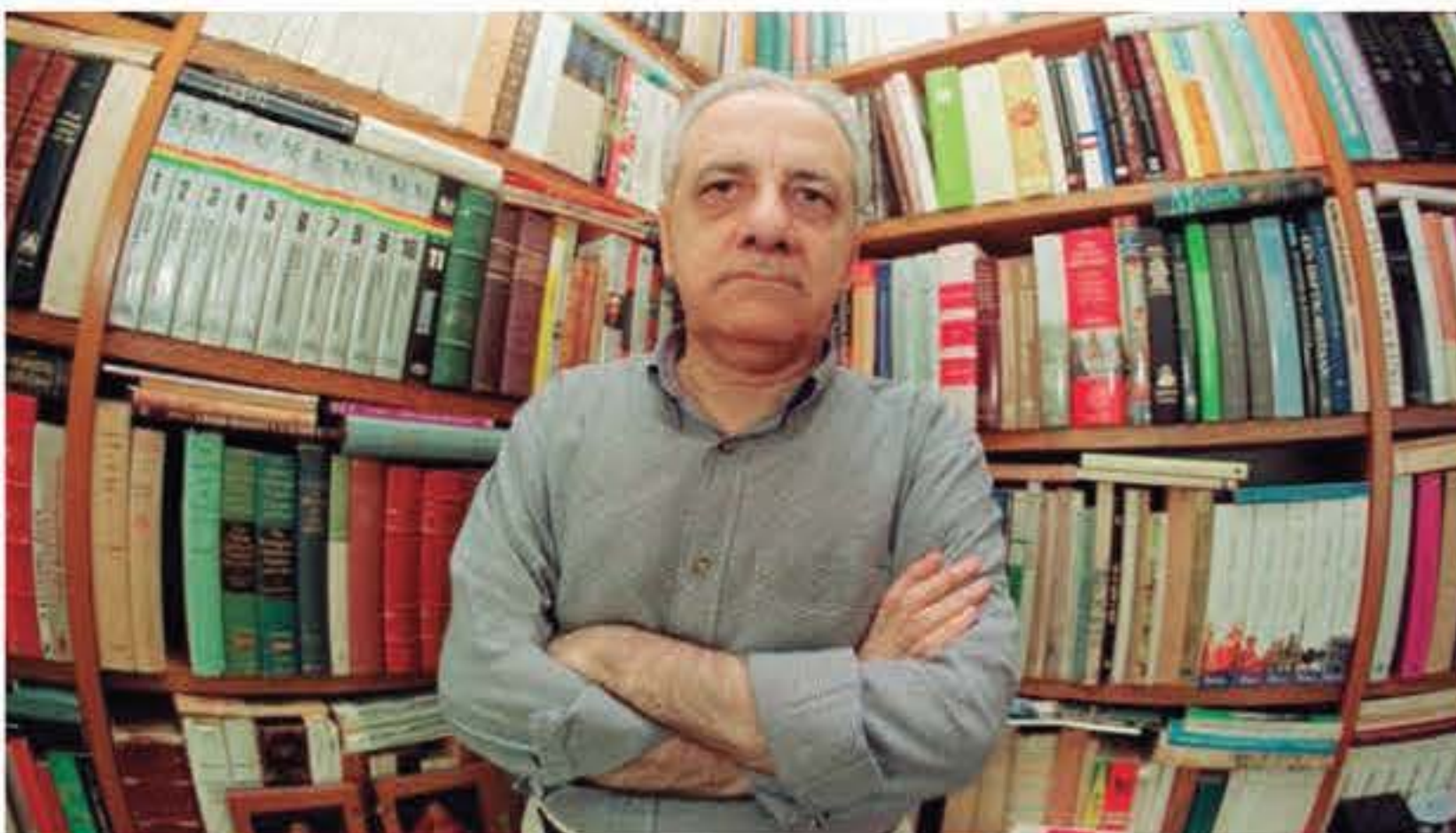
A tarefa da distopia é acionar o sinal de alarme. Em 1868, o pensador inglês John Stuart Mill chamou de "distopia" a descrição ficcional de um governo esmagadoramente opressivo, projetado no futuro. Claro que não era uma previsão, mas uma advertência. "Contemplem nosso futuro, caso não sejam revistas as nossas ações", ele argumentou em discurso ao Parlamento inglês. Mill recorreu à luz da distopia com o propósito de revelar os disfarces do poder arbitrário que a Grã-Bretanha utilizava para man-

O ESFORÇO SISTEMÁTICO DE CORROMPER A VERACIDADE DOS ACONTECIMENTOS TORNA POSSÍVEL MODELAR CERTO PASSADO

A distopia de Bolsonaro serve de alerta e permite contemplar de fato os riscos de uma tirania. Mas a história não é destino, afiança Evaldo Cabral de Mello. A escolha é nossa

ter seu controle sobre a Irlanda. Sua intuição lhe dizia que as pessoas precisam enxergar concretamente o que é a tirania para conseguirem identificar os elementos que estão na raiz dos acontecimentos capazes de converter países inteiros em regimes de opressão. "Isto é uma distopia", a forma distorcida – ou adoecida – de um lugar, definiu em seu discurso. E insistiu: "É o nosso horizonte, se não fizermos nada a respeito".

A definição de Stuart Mill revela o pino que faz a distopia funcionar como uma espécie de dobradiça capaz de conectar ficção e história. Acionar a imaginação é essencial para despertar no leitor o senso de conclusão: isso poderia ter sido evitado. Não é que a ficção consiga ver mais do que a história – mas ela permite ver mais intensamente. Uma distopia põe no caminho do historiador os sinais daquilo que de algum modo está acontecendo, ao nosso lado, e em algum ponto do horizonte distante – e seu tom característico de advertência premonitória oferece a oportunidade de refletir sobre o que estamos fazendo hoje.

O historiador, por seu lado, demonstra o que sabe sobre o passado. História não é destino, explicou Evaldo Cabral de

Fraudar a história é a maneira de criar uma realidade paralela. Presente e futuro são definidos pelo que se supõe ter sido o passado

Mello: o acontecimento teve início, a conjuntura é imprecisa, o evento ainda não se definiu. Tudo pode ocorrer – ou pode ocorrer nada, como ele diz. E a escolha é nossa. Recorrer ao passado para pensar com ele permite avaliar padrões de ação e estruturas de poder, considerar soluções executáveis para problemas concretos do presente e perscrutar futuros alternativos. "Compreender um momento é ver a possibilidade de participar da criação de outro momento", escreveu o historiador Timothy Snyder. Sem se resignar a certa nostalgia por outras épocas e sem se deixar dominar pela ilusão de que no tempo cronológico existe lugar para a repetição – o tempo não é retilíneo, e a História é ingovernável. O presente costuma ser o desencadeador eficaz desse impulso de se dirigir ao passado para compreender a nós mesmos. E retornar, em seguida, aos nossos assuntos contemporâneos com as classes de perguntas que precisam ser feitas, além do lastro de uma nova e decisiva compreensão acerca de problemas muito antigos.

QUANDO AS LINHAS DIVISÓRIAS ENTRE VERDADE E FRAUDE FICAM INDISTINTAS, DEIXA DE EXISTIR UMA BASE FACTUAL PARA SE QUESTIONAR O PODER

É fácil entender as razões que levam governantes com vocação para autocratas a fraudar a história como técnica essencial de poder destinada a produzir uma realidade fictícia. A partir de 2018, o bolsonarismo – a linguagem ideológica de Bolsonaro – forneceu a uma fatia considerável da sociedade brasileira o sistema de explicação da realidade, organizou uma visão de mundo, disparou o chamado da mobilização. Também entendeu que certo passado bem falsificado e alinhavado ideologicamente poderia ser uma forte motivação política, mais poderosa até que uma guinada de futuro. O futuro está por nascer, é inexistente. O passado reescrito é irrefutável. Evidentemente, esse jogo retórico depende de falsificação histórica – ninguém restaura o passado, ainda menos aquele que nunca existiu. Mas o esforço sistemático de corromper a veracidade dos acontecimentos torna possível modelar cer-

to passado e fazer dele o cartão-postal de uma visão de mundo reacionária.

Aliás, é pela reescrita fraudulenta da história que o mecanismo de funcionamento de uma utopia regressiva pôde ser construído pelo bolsonarismo e assimilado pela massa de seguidores. O presente e o futuro são definidos em função do que se supõe ter sido. É pura negatividade, mas se materializa numa formulação utópica: o que já foi e deve ser pode vir a ser. Portanto, é preciso partir rumo ao Brasil do passado, estrategicamente ancorado na idealização da ditadura. Uma utopia regressiva é uma espécie de assombração ideológica – uma mitificação histórica reacionária. O presente imediato é o tempo do desfazimento: tempo de decadência religiosa, corrupção em matéria de política, degradação no plano dos costumes, perda de privilégios, frustração de expectativas, insegurança social. Contém, a cada dia, muito ressentimento, mais passado e menos futuro. As manifestações do imaginário político que animam o espírito utópico são regressivas porque o lugar de sua realização já teria ocorrido. A esperança está posta para a sociedade, só que virada ao avesso. Agarrada ao passado, ela secreta as imagens do que seria uma espécie degenerada de utopia: não mais o melhor estado de uma República, como imaginou Thomas Morus. Revela a Tirania, o reverso da República.

A história tem uma função estratégica para a democracia. Ela define um referencial concreto e rigoroso para averiguação dos acontecimentos que se relatam, indica qual a relevância das evidências que tornam verificável um evento ocorrido no passado, deixa claro que fato histórico não é invenção. Nas operações de método da história cabem diversas modalidades reconstitutivas do passado, que são fabricadas a partir de um artesanato próprio: interpretações, argumentos, hipóteses. Se os fatos forem manipulados e a confiança na sua veracidade histórica for eliminada, as pessoas acreditam no que querem ouvir ou naquilo que lhes parece ser mais conveniente em determinada circunstância; tudo se resume a uma questão de opinião e à melhor versão em curso. As consequências são imediatas para o funcionamento da democracia: quando as linhas divisórias entre verdade e fraude ficam indistintas, deixa de existir uma base factual para se questionar o poder.

"Contemplem o nosso futuro, caso não sejam revistas as nossas ações", discursou Stuart Mill. O historiador é um perigo para as autocracias, dizia Hannah Arendt

LONDON STEREOSCOPIC COMPANY, GUNTHER ADLER/MUNCHNER MUSEUM E ARC/MGM

A mentira permite reescrever a história e a democracia pode cair por corrosão, porque ninguém mais sabe ao certo quais são os limites – ela é livre de fidelidade em relação a todo o conteúdo apresentado. Não há contas a prestar, não existe contraditório ou a necessidade de debater posições divergentes. O historiador é um perigo para as tiranias, argumentava a pensadora política Hannah Arendt, porque seu trabalho se sustenta em uma única modalidade de verdade – a verdade factual. Significa fazer a ostentação pública de fatos que não podem ser modificados pela vontade de quem ocupa o poder, nem podem ser demovidos a não ser por força de mentiras cabais. Por essa razão, seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, e sim a falsidade deliberada, a mentira. Arendt explicava que eliminar a verdade factual faculta ao governante dar um passo no sentido do totalitarismo. A produção da verdade passa a ser função exclusiva do Estado – e aquilo que esclarece acontecimentos sociais, econômicos ou políticos está sempre oculto. Só pode ser revelado pelo líder, o único capaz de desvendar os segredos do poder e expô-los ao povo.

Os brasileiros sabem hoje como morre a democracia. Nos últimos anos, descobrimos chocados que a democracia nunca está garantida de uma vez por todas – se suas defesas forem baixadas, o caminho estará desimpedido para o retorno às formas políticas da tirania. E o futuro também depende das perguntas que se pode fazer à história. Conhecer onde estão fincadas em nosso passado as raízes da liberdade e da democracia é parte de um legado. Atua contra a solidão e a indiferença e esboça para o presente algumas das maneiras como renasce a democracia. Vai dar trabalho, decerto. Mas é o começo de uma grande oportunidade. Então, é necessário agir. Nenhum de nós sabe por quanto tempo uma sociedade consegue sobreviver sem futuro. •

Sem direito de errar

As condições de governabilidade são mais adversas do que em 2003

POR MARCOS COIMBRA*

Sempre que se refere à eleição de 2002, Lula se lembra de um sentimento que o tomou logo após conhecer a vitória. Estava obrigado a acertar. Não podia se dar ao luxo de tentar e, a depender das circunstâncias, errar. Sua responsabilidade era maior do que a de qualquer antecessor, oriundo do patriarcado rico e branco. Herdeiro de uma oligarquia nordestina, Fernando Collor fez o que fez e permaneceu vivo na política por 30 anos. Representante ilustre da intelectualidade paulista, nunca faltou a Fernando Henrique Cardoso a condescendência dos ricos e poderosos. Nunca lhe negaram apoio, pois o viam como igual.

Lula sabia que não seria tratado com a mesma tolerância, como ficou demonstrado desde quando mal havia começado a governar. Com pouco mais de um ano na Presidência, teve de enfrentar ataque duríssimo, antecipando outros com os quais ele e Dilma Rousseff seriam alvejados dali em diante, no ritmo de quase um por ano. Uma coalizão de políticos de direita, empresários, imprensa conservadora, militares golpistas, expoentes do Judiciário e outras aristocracias do serviço público, com o endosso a distância de Washington e da burguesia internacional, não deu trégua aos governos do PT.

Não era apenas para reduzir os ataques que poderia sofrer (e que sofreu de fato) que Lula não podia errar. Mais importante, para ele, era o dever de não decepcionar o povo pobre, que, em um gesto de coragem, se dispusera a votar em alguém com sua biografia e trajetória. Na cultura política brasileira, elitista e antidemocrática, sua vitória foi a prova de autoconfiança da maioria da população. Ao votar em seu nome, o povo mostrou que acreditava ser possível que um sujeito comum, semelhante a cada um, pudesse ser bom presidente da República, igual ou melhor que um doutor. Ignorava velhas (e ridículas) crenças incutidas em sua formação, como a de que era preciso saber falar inglês para governar o Brasil.

Marcos Coimbra
Sociólogo e diretor do Instituto Vox Populi

Lula tomou posse e assumiu o governo em 2003 com o sentimento de que não podia falhar. E não falhou, aos olhos da maioria, que não apenas o aprovou com louvor, como também o reconduziu quando pôde (ou quis) se apresentar como candidato.

Fossem nossas elites menos assanhadas no golpismo, provavelmente Lula estaria agora a encerrar uma longa passagem pelo governo federal. Após Dilma concluir seu segundo mandato e ele o terceiro, a eleição de 2022 teria sido completamente diferente. O risco de retrocesso autoritário talvez inexistisse, talvez fosse irrelevante a parcela da sociedade perdida em irracionalidade e obscurantismo, talvez a estupidez fosse pequena. Talvez as Forças Armadas tivessem se tornado democratas e decentes. Talvez os bispos oportunistas não passassem de exceção.

Não foi o que aconteceu de 2015 em diante. Os ricos e poderosos perceberam que podiam explorar as dificuldades que a situação internacional criava para a economia brasileira, bem como os problemas que o governo Dilma enfrentava depois de uma reeleição difícil, com o lavajatismo dando verossimilhança ao denuncismo e "justificativa moral" à campanha para derrubá-la. A velha coalizão derrotada nas quatro eleições anteriores e a caminho de perder mais uma (a que Lula teria vencido em 2018, se não fosse alvo da sucessão de atos de força que o tiraram do páreo) retomou o poder.

Lula volta ao governo seis anos depois do golpe contra Dilma, cinco anos depois de ter sido preso, quatro anos depois que Michel Temer saiu do Planalto com seus larápios. Quando acaba o governo do personagem lastimável que se aproveitou do golpismo de nossa burguesia e de seu incessante esforço para desmoralizar as esquerdas e acabar com a figura de Lula, Bolsonaro é seu filhote e sempre esteve à disposição para atacar as instituições e conquistas da democracia. De vez em quando, rosnava e ameaçava morder a mão do dono. Lula volta para administrar um País em condições muitos piores do que recebeu em 2003. O capitão e

Lula vai mesmo pendurar as chuteiras após quatro anos?

RICARDO STUCKERT

sua gangue mantiveram um único compromisso desde 2019 e deixam o governo provavelmente satisfeitos com a desorganização, a bagunça e a sujeira que se tornaram regra na sociedade e no Estado. As centenas de milhares de mortes provocadas pela pandemia e a volta da fome são os monumentos à sua obra.

Há outra consequência da intervenção autoritária que derrubou Dilma, prendeu Lula e produziu Bolsonaro. É menos dramática que o caos social em que o povo pobre vive e menos festejada que a alegria dos ricos em seus condomínios na Flórida. Mas, por pior que seja o saldo dos últimos seis anos, consertar o setor público e restaurar as condições para que a economia brasileira volte a crescer é menos difícil do que recuperar a saúde moral e mental da sociedade.

Não foi o capitão quem produziu a mistura tóxica de egoísmo, indiferença, violência, preconceito e intolerância que hoje caracteriza o pensamento e o comportamento de uma parte grande da população. É fato que nem todos aqueles que votaram nele são assim, mas, a tomar pelo que continuamos a ver após a eleição, são bem mais do que uma minoria insignificante. Também é fato que Bolsonaro contribuiu para o aumento desse fenômeno, tanto numérico quanto de radicalidade. Seu exemplo contribuiu para que cada idiota, em cada aldeia, se sentisse empoderado para gritar mais, bater mais. Se alguém como ele pode chegar à Presidência, o céu é o limite para a idiotia.

LULA SABE: SUA RESPONSABILIDADE NO TERCEIRO MANDATO É MUITO MAIOR

Depois da vitória de Lula contra José Serra em 2002, não tivemos zumbis pelas ruas, não houve empresários flagrados a custear o golpismo, não apareceram cafajestes ameaçando magistrados, não se multiplicaram ataques de brutamontes contra artistas, funcionários públicos continuaram a cumprir com seus deveres. Nenhum candidato eleito pelos partidos derrotados se ofereceu como porta-voz de autoritários, nazistas e fascistas.

O contingente dessa turma cresceu nos últimos anos. Não sabemos quanto, mas ninguém duvida que a ponto de tornar problemática a hipótese de que um bom governo, como o que Lula certamente fará, bastará para nos levar a ser, outra vez, uma sociedade politicamente civilizada. Em 2022, a barbárie foi derrotada por pequena margem. O que nos reservará 2026?

Se Lula estava certo, em 2002, ao pensar que não podia errar, mais certo está quando pensa que, agora, sua responsabilidade é maior. Ainda bem que o Brasil o tem.

Lugar de negro é onde ele quiser

Não basta criar ministérios específicos para combater o racismo estrutural, diz Macaé Evaristo

A FABÍOLA MENDONÇA

O descaso pelo ensino público está no cerne do racismo estrutural, afirma Macaé Evaristo, recém-eleita deputada estadual em Minas Gerais e uma das maiores referências na militância negra e na defesa da educação universal. Na entrevista a seguir, Evaristo analisa a pequena presença dos negros nos espaços de poder e diz que não basta criar pastas "segmentadas" para contemplar as minorias e os excluídos. "A gente quer estar no BNDES, quero a presença negra na Petrobras, no Ministério da Economia. Tem uma questão que é muito séria no racismo brasileiro. Quando a gente alcança algum espaço de poder, você pode olhar, o poder já não está muito ali. A nossa luta é desconstruir o racismo, fazer o poder estar onde nós estamos".

CartaCapital: Como pensar a escola, em especial a pública, na perspectiva dos direitos humanos?

Macaé Evaristo: Essa questão tem a ver com a minha própria história. A escola pública foi muito importante para mim, mas também foi um lugar onde convivi com o racismo, o preconceito, a desigualdade. Sei os desafios de ser pobre e lutar para estudar. A consciência do racismo me levou a participar de movimentos sociais, do movimento negro, a militar na educação. Fui trabalhar na periferia de Belo Horizonte, numa região com o menor IDH da cidade, com muita fome. Pensar política pública, política educacional, é olhar para os sujeitos, não adianta só pensar em um projeto, uma política. Falam muito dos conteúdos, das métricas, dos resultados, mas pouco das condicionalidades, de estabelecer condições objetivas para as crianças terem uma trajetória de sucesso. É preciso combater o racismo na escola, olhar para essas famílias imersas num racismo institucional, segregadas em bairro sem nenhuma qualidade de vida. As crianças chegam na escola e precisam ser alimentadas, pois não têm condição física devido à fome. E isso marca profundamente o jeito de o educador pensar a política. O empobrecimento no Brasil é uma construção social e política. Não se é pobre por natureza, mas pe-

> **"A GENTE QUER ESTAR NO BNDES, QUERO A PRESENÇA NEGRA NA PETROBRAS, NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, ONDE ESTÁ O PODER"**

la desigualdade social. O racismo e o patrimonialismo institucional estão na raiz da estruturação do capitalismo no Brasil.

CC: A senhora costuma dizer que a desqualificação da escola pública é uma estratégia do racismo estrutural. Por quê?
ME: Existe no Brasil um processo de construção da desigualdade, da segregação, da exclusão, a partir da escola pública. A gente vê no noticiário as contradições. Dizem ser preciso investimento em educação, mas, quando se sugere eliminar o teto de gastos, o mercado fica nervoso. Mas nervosos estamos nós, trabalhadores e trabalhadoras. Queremos que os nossos filhos tenham direito à escola pública e acesso a uma universidade de qualidade. Precisamos do SUS e do Sistema Único de Assistência Social. O desmonte foi produzido em todos os níveis, da creche à pós-graduação. Todos os setores da sociedade concordam, a educação é direito. Ora, então como manter um teto de gastos que não permite garantir direitos mínimos? Atacar escola pública é atacar seus sujeitos. A desconstrução é tamanha que, hoje, o ataque se dá sob a formação de professores, na tentativa de retirar as universidades do processo de formação de professores e colocar isso na mão do setor privado.

A educação é instrumento para perpetuar a Casa-Grande e a senzala, diz a educadora

ISTOCKPHOTO E REDES SOCIAIS

CC: Qual deveria ser a política pública para os povos originários?
ME: O primeiro ponto é respeitar a Convenção 169 da OIT. Qualquer política pública para a população indígena precisa ser discutida com ela. Bolsonaro não reconheceu essas populações, queria avançar sobre os territórios e reverter a demarcação de terras. Declarou guerra a essas populações. O presidente Lula comprometeu-se com o Ministério dos Povos Originários e tivemos neste ano parlamentares indígenas eleitas para a Câmara, esperamos que isso faça diferença. O Brasil precisa garantir os direitos e a cidadania às etnias.

CC: A senhora acha que o próximo governo será capaz de mudar os rumos da educação?

ME: O que sempre faltou na educação foi investimento. Os governos Lula e Dilma inverteram essa lógica, ousaram ao investir nas escolas públicas, nas universidades, na constituição de institutos federais. Muita gente ficou horrorizada ao ver os filhos de porteiro aprovados no ensino superior. É um equívoco o Ministério da Educação separar, criar uma subsecretaria para as escolas cívico-militares, pois sempre tivemos a Secretaria de Educação Básica, que articula as ações com estados e municípios. A outra secretaria, de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão, cujo foco era a redução das desigualdades, atuava numa perspectiva de pensar a diversidade de maneira afirmativa. A gente tem de combater o racismo no Brasil. É preciso olhar para a educação quilombola, para as relações étnico-raciais, as diretrizes curriculares nacionais, educação indígena, de jovens e adultos. Eles zeraram o financiamento da educação de jovens e alfabetização de adultos no País. Tínhamos o monitoramento da frequência escolar, era uma condicionalidade para transferência de renda do programa Bolsa Família. Eles zeraram qualquer apoio e financiamento para esse monitoramento. No governo Dilma, conseguimos monitorar 95% da frequência mensal dos estudantes beneficiários do Bolsa Família. No Auxílio Brasil não conseguem, não chegam a 60% dos estudantes beneficiados. A gente precisa dialogar com a pluralidade da sociedade brasileira e para isso precisa de um Ministério da Educação que compreenda essa diversidade.

CC: Ter um ministério para os povos originários ou de igualdade racial é suficiente para atender a essa representatividade, como propõe o governo eleito?

EM: Não, não é suficiente. É importante o Ministério dos Povos Originários, da Igualdade Racial, mas isso não contempla a presença negra e indígena no governo. Não queremos ficar segregados em uma ou outra pasta, precisamos de presença em outros ministérios, ter política de saúde para a população negra, no Ministério da Educação ter o monitoramento da implementação da lei de cotas e acompanhar a política de assis-

JEFFERSON RUDY/AG. SENADO E CHRISTIANO ANTONUCCI/GOVMT

Houve avanço na representação parlamentar de indígenas, negros e mulheres. Mas ainda é pouco

tência estudantil. Como os estudantes das escolas públicas, indígenas e pretos têm acesso à assistência estudantil? Isso para falar só no campo da educação. Mas a gente quer estar no BNDES, quero a presença negra na Petrobras, no Ministério da Economia. Tem uma questão muito séria no racismo. Quando a gente alcança algum espaço de poder, observe, o poder não está muito ali. A elite brasileira sempre atua para o poder estar onde ela está. Onde nós negros estamos, nunca está o poder. A nossa luta é desconstruir o racismo no Brasil, fazer o poder estar onde nós estamos. A luta dos movimentos populares, de mulheres, do MST, dos movimentos negro e indígena. Esta é a construção de um poder popular, com a nossa cara.

> “SÓ ELEGEMOS UM NÚMERO MAIOR DE MULHERES E HOMENS NEGROS NESTA ELEIÇÃO PORQUE TIVEMOS O FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA”

CC: Durante a campanha de Lula, a diversidade não ficou clara. Não se viam nas fotos negros, indígenas, LGBTQIA+. Apareciam poucas mulheres, não havia a pluralidade, a diversidade da sociedade.

ME: É preciso, antes, compreender a construção desses lugares, pensar na formação dos partidos. O PT é uma legenda grande, de massas, com processos, vamos dizer, populares de discussão. Mas também perpetua vários vícios da sociedade, entre eles o machismo e o racismo. É muito recente na história do PT eleger mais de uma parlamentar negra. Em Minas Gerais, pela primeira vez, elegemos três mulheres negras para a Assembleia Legislativa e uma para a Câmara dos Deputados. No geral, elegemos uma. Muitas vezes eles querem nos reduzir. A gente precisa entender quem está no topo das estruturas partidárias. Não são negros. Temos de alçar outros lugares da estrutura partidária. E esse processo, que se dá internamente nos partidos, se materializa no palanque. Não vai ter um palanque com negros e indígenas se na estrutura não tem negros nem indígenas. Se no PT é assim, nos outros partidos é pior. Então, quem nos vê no palanque ou numa entrevista de Lula, muitas vezes não imagina o quão duro é chegar ali. É ter de sair quase na guerra física. É triste, mas é a verdade. A gente faz microrrevoluções cotidianas, transforma progressivamente, mas falta um longo caminho. A gente viu a guerra que se deu neste ano no financiamento de candidaturas negras e de mulheres. Somos contra o financiamento privado de campanha. Eles (*políticos tradicionais*) são todos herdeiros e acham não ser necessário o financiamento público. Sabe por quê? Porque eles passaram a vida inteira pendurados no orçamento público. Nós não, não tivemos direito nem à escola pública. Então, só elegemos um número maior de mulheres e homens negros nesta eleição porque tivemos o financiamento público de campanha. Caso contrário, não teríamos condições de disputar a eleição.

Sob nova direção

O "Velho Cap" testa um novo figurino, mas produz as mesmas crises de sempre

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E NATHAN CAIXETA*

Em sua coluna no *New York Times*, Paul Krugman cuidou do mais recente desastre financeiro promovido pela inventividade da turma dos mercados. A última trombada da finança ocorreu no território das criptomoedas. Um ano atrás, escreveu Krugman, "o Bitcoin e outras criptomoedas estavam sendo vendidos a preços recordes, com um valor de mercado combinado de cerca de 3 trilhões de dólares; anúncios brilhantes com celebridades – o mais infamante, o 'Fortune Favors the Brave' de Matt Damon – encheram as mídias. Políticos, incluindo, infelizmente, o prefeito de Nova York, correram para se alinhar com o que parecia ser a coisa do futuro. Céticos foram informados que, simplesmente, não entenderam coisa alguma. Desde então, os preços dos ativos cripto despencaram, enquanto um número crescente de instituições entrou em colapso em meio a alegações de escândalo. A implosão da FTX, que parece ter usado o dinheiro dos depositantes na tentativa de sustentar uma empresa relacionada, fez a maioria das manchetes, mas é apenas uma desgraça em uma lista que não para de crescer".

Os mercados financeiros globais acenderam o sinal de alerta ao se depararem com o espectro de uma nova crise que ronda o espaço-mundo da finança capitalista. Nas principais praças financeiras do mundo, a memória da grande crise financeira de 2008 ainda cutuca os neurônios da turma que se aboleta nas mesas de operação para formar "posições vendidas ou compradas". Convém, neste momento, analisar as condições que norteiam a avaliação da riqueza capitalista diante das inquietações dos mercados.

O risco da deflação generalizado de ativos é crescente, assim como as expectativas de recessão global. Este cenário de radical incerteza é inflamado pela incapacidade de as economias conterem o processo inflacionário que assola, praticamente, todos os países impactados pela desorganização das condições de oferta global durante o período pandêmico.

O contexto da guerra russo-ucraniana impõe ao espaço europeu uma situação de desorganização econômica que não se assistia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com a constituição de mercados paralelos de fontes energéticas. A consistente valorização do dólar em relação às demais moedas, decorrente dos aumentos sucessivos da taxa de juros norte-americana, pressiona as economias do resto do mundo a operarem ajustes recessivos para conter os desequilíbrios entre os saldos comerciais e a fuga de capitais rumo aos títulos públicos dos EUA.

Nathan Caixeta
Graduado em Economia pela Facamp e mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp.

A ideologia dominante que impera nas mentes dos comandantes dos tesouros nacionais e Bancos Centrais, diante do dilema entre estancar o processo inflacionário e desatar a recessão, desconsidera completamente as perturbações que as medidas convencionais de política econômica podem causar nas condições de avaliação da riqueza capitalista.

A interdição ideológica neoliberal que assola os governos e as instituições internacionais – escoltados pela mídia – tem encontrado uma rota única para a solução das instabilidades globais, aquelas que rastejam na superfície e as que se movem nos subterrâneos das estruturas do "Velho Cap". Vamos lá: preconizam o aumento alinhado das taxas de juro pelos Bancos Centrais, conciliado ao novo ciclo de asfixia sobre os gastos públicos, maiores flexibilizações nas relações de comércio e do trabalho e a privatização do que resta das empresas públicas.

Os dilemas que envolvem a política econômica dos países capitalistas refletem a insuficiência de instrumentos à disposi-

O combustível dispara pela guerra na Ucrânia. As criptomoedas derretem

MEGAN BRIGGS/GETTY IMAGES/AFP E ISTOCKPHOTO

ção dos governos para lidar com as crises do capitalismo em suas múltiplas formas de expressão. Os instrumentos convencionais de política econômica fundamentam suas hipóteses no poder de autorregulação dos mercados, premissa que acomoda os interesses dos mercados financeiros empenhados em exercer seu poder de ditar os rumos das políticas econômicas. A plutocracia supranacional promove, nas décadas neoliberais, a sujeição dos Estados nacionais à tirania da finança globalizada.

Os fantasmas de John M. Keynes e do velho Karl Marx assombram os profetas neoliberais que se debatem, uma vez mais, com a tal da moeda, fenômeno crucial das economias capitalistas, não por acaso expurgado das teorias tradicionais. A dimensão monetária move, simultaneamente, a acumulação, o progresso técnico e, em contrapartida, deforma as dimensões humanas das relações sociais, substituindo-as pelo despotismo da concorrência desenfreada entre os indivíduos, ansiosos por demarcar suas identidades pela acumulação monetária ou do consumismo desmedido.

O desarranjo socioeconômico intensifica-se na medida em que a dinâmica da acumulação monetária empreende a concentração da riqueza e da renda social. Esse fenômeno desvela o "modo de ser" do capitalismo, cuja dinâmica reprodutiva supõe a subordinação das formas privadas da riqueza à forma geral, inexoravelmente monetária. É a existência do dinheiro que cria e determina as relações de produção, exploração do trabalho, de troca e consumo. Por isso mesmo, para que o circuito de formação da renda social se efetive, em primeiro lugar, as decisões de investimento que põem em marcha o exército de trabalhadores depende, necessariamente, da avaliação sobre o destino do estoque de riqueza capitalista.

O processo avaliativo da riqueza capitalista depende, por seu turno, da percepção dos detentores da riqueza a respeito das condições de liquidez dos ativos e das dívidas privadas que carregam determinada expectativa de valorização. A formação dos ativos depende da contratação de dívidas para fundar tanto as posições de investimento em máquinas, equipamentos e mais trabalhadores quanto a aquisição de títulos de propriedade que constituem a forma *par excellence* da riqueza privada (ações, títulos de dívida, derivativos etc.). As expectativas acerca da valorização desses ativos são postas diante da incerteza quanto à transformação das formas privadas da riqueza na forma universal, isto é, em dinheiro.

ARIS MESSINIS/AFP E AFP

A PLUTOCRACIA SUPRANACIONAL PROMOVE A SUJEIÇÃO DOS ESTADOS À TIRANIA DA FINANÇA GLOBALIZADA

Desse modo, tanto a autorrealização das expectativas de valorização da riqueza quanto sua depreciação acelerada refletem a ansiedade dos agentes privados em validar socialmente sua riqueza ao conduzi-la ao encontro da forma monetária. Ocorre que, se o capitalismo é movido pelo amor ao dinheiro, como fenômeno que modula as ações humanas no capitalismo,

O conflito bélico vai atravessar o ano. Marx pontuava: "O crédito público é a religião do capital"

a incerteza do trânsito entre as formas privadas da riqueza para a forma monetária oferece o prêmio de liquidez como amante. Isso explica a paixão do capital em se desquitar dos títulos privados para se acasalar à dívida pública, a concubina inseparável do dinheiro, a liquidez *par excellence*.

No capítulo 24 d'*O Capital*, Marx é categórico ao afirmar que "o crédito público é a religião do capital", pois o papel financeiro do Estado garante a constituição do processo de endividamento privado, portanto, do trânsito entre a forma geral da riqueza para as formas particulares e o retorno das formas particulares para a forma geral. Nas palavras de Marx, no parágrafo seguinte: "A dívida pública dota o dinheiro da capacidade criadora (*de riqueza*)", permitindo que o crédito monetário adiantado para o circuito produtivo presida as condições de exploração do trabalho e geração de valor.

O sistema bancário desempenha papel fundamental nesse processo, pois é responsável pela avaliação do "grau de liquidez" dos ativos privados. Essa avaliação acaba por se refletir na composição da taxa de juros corrente que serve de parâmetro tanto para a avaliação de viabilidade dos investimentos quanto do valor presente da riqueza patrimonial.

Há que se destacar: a aceleração do processo de acumulação "financeirizada" do mesmo modo em que empreende a tendência estrutural de redundância do trabalho, ao elevar o exército de trabalhadores desempregados, também excita a dependência contraditória entre a valorização da riqueza mobiliária privada e o endividamento público.

O Estado não sucumbiu indefeso à avalanche neoliberal, mas moldou sua própria forma de atuação em resposta à necessidade de sua atuação histórica como "financiador", em primeira instância, do processo de acumulação de capital e "garantidor, em última instância, da estrutura patrimonial detida pelos proprietários privados da riqueza social.

As perturbações recentes nos mercados financeiros refletem, precisamente, o temor sobre a capacidade de liquidação do estoque de riqueza patrimonial que preserva em sua composição um volume extraordinário vindo diretamente do crescimento do balanço dos Bancos Centrais, desde a grande crise de 2008, por meio das sucessivas rodadas de "relaxamento monetário" representadas pelas iniciativas de *Quantitative Easing* (QE).

Quanto maior a liquidez "doada" pelos Bancos Centrais ao setor financeiro privado, mais elevadas as expectativas de valorização da riqueza administrada sob

O exército de trabalhadores precários continua a crescer, resultado da interdição ideológica neoliberal

tais condições favoráveis de liquidação. O crescimento das expectativas de valorização desses estoques de riqueza pós-2008, temperado pelo impulso tecnológico da quarta revolução industrial, revelou com nitidez acachapante o percurso de desenvolvimento recente do intelecto-genérico, a força que submete as novas formas do trabalho ao regime da finança globalizada pela dimensão comunicativa-informacional. Nessa dimensão, o "Velho Cap" revigora o véu monetário que encapa as relações mercantis, ocultando, quase completamente, o corpo social exposto ao "inferno da miséria urbana e da precarização", como pontuou Franco Bifo Berardi.

Ainda que facilitadas as condições de liquidez, a fração dessa liquidez escoada para o setor produtivo destinou-se, sobretudo, às iniciativas de superaceleração do progresso técnico, ao desenvolvimento da dimensão comunicativa-informacional do capital. A geração de empregos respondeu, com raras exceções, à expansão da massa de trabalho precário, resultado do impulso à substituição de postos de trabalho tradicionais pelos adventos da robótica avançada, da inteligência artificial, das biotecnologias e da automação e digitalização acelerada dos trabalhos manuais.

O resultado desse processo foi a semiestagnação das taxas de crescimento das economias, enquanto a acumulação financeira de riqueza prosseguiu acelerada e centrada nos mecanismos de especulação e arbitragem financeira, oportunidades oferecidas pelo "capital barato" ofertado pelos Bancos Centrais.

Os processos inflacionários, motivados pela desorganização da oferta global, não podem ser combatidos pelo remédio da política monetária. O único efeito da elevação recente das taxas de juro sobre a inflação é causado pela depressão da renda social. Os impactos da avaliação incorreta sobre as origens da inflação pelos *Policy Makers* refletem-se no oferecimento de um remédio que alivia as agonias da doença, enquanto acelera as comorbidades patogênicas do "Velho Cap".

O aumento da incerteza sobre a capacidade de liquidação dos ativos privados impõe, simultaneamente, o crescimento da taxa de juros correntemente praticada nas operações privadas de crédito e a deterioração das condições de refinanciamento dos estoques privados de dívida. Esses dois fatores aceleram a fuga desesperada para liquidação dos ativos, pressionando tanto os estoques de dívida quanto a riqueza mantida na forma de ativos privados à demanda crescente por moeda. Cabe ao Estado servir ao aumento da demanda por moeda, na dupla cruzada de expansão dos gastos e do endividamento público.

OS PROCESSOS INFLACIONÁRIOS, MOTIVADOS PELA DESORGANIZAÇÃO DA OFERTA GLOBAL, NÃO PODEM SER COMBATIDOS PELO REMÉDIO DA POLÍTICA MONETÁRIA

As iniciativas dos Bancos Centrais em elevar as taxas básicas de juro e prometer a redução de seus passivos agem na contramão dos interesses coletivos de manutenção do nível de emprego e da renda social, servindo aos interesses particulares daqueles que se antecipam à crise operando "vendidos" em relação ao pânico dos mercados. Por consequência, a realocação da riqueza capitalista em direção aos títulos públicos autorrealiza a profecia de deflação dos ativos e das dívidas privadas anunciada pela elevação da taxa de juros dos títulos públicos.

Sob o comando do "Velho Cap", a direção tomada pelos Bancos Centrais, ao sancionar a direção da "fuga generalizada para liquidez" e incendiar a realocação da riqueza privada sob condições de liquidação desfavoráveis, conduz à concentração da riqueza e ao domínio dos interesses privados sobre as funções públicas, sociais e monetárias do Estado.

RENATO LUIZ FERREIRA

"Não se trata de salvar a Terra, mas de nos salvarmos", afirma

À beira do abismo

As cidades estão doentes e o Brasil bolsonarista vive um colapso moral, diz o ativista Ailton Krenak

A ANA PAULA SOUSA

Nascido, em 1953, na região do vale do Rio Doce, em Minas Gerais, Ailton Krenak cresceu na floresta e, ainda muito jovem, fez da defesa da natureza a sua vida. Na Assembleia Constituinte de 1987, tomou o microfone para clamar pelo direito dos indígenas e pelo respeito à sua comunidade. Enquanto discursava, passava tinta preta de jenipapo no rosto – para os Krenak, um símbolo de luto.

Fazia então cinco anos que o primeiro indígena, Mário Juruna, tinha sido eleito para o Congresso Nacional. A segunda eleição de um indígena aconteceria apenas em 2018, quando Joênia Wapichana assumiu como deputada federal por Roraima. Em 2023, sete candidatos autodeclarados indígenas ocuparão o Congresso.

Dentre eles há dois bolsonaristas – que, obviamente, não representam as causas dos povos originários –, três representantes do PT e duas afiliadas ao PSOL: Sônia Guajajara e Célia Xakriabá. "É, sem dúvida, motivo de celebração podermos usar o termo bancada indígena", diz Krenak, ativista ambiental de projeção internacional e um dos organizadores da Aliança dos Povos da Floresta.

Doutor honoris causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora, autor de livros de sucesso e conferencista requisitado, Krenak tenta equilibrar seu modo de ser e viver com as demandas de um mundo veloz e afoito por vozes como a sua. "É mais fácil dizer sim do que dizer não, né?", responde, quando questionado sobre os convites que, não raro, se acumulam e se sobrepõem. "Às vezes, vira uma confusão", admite, sorriso mais de moleque do que de pensador. Embora passe hoje muito tempo em grandes cidades e esteja habituadíssimo aos ambientes de vidro e mármore dos hotéis, Krenak, mesmo nesses lugares, parece procurar um fiapo de natureza com

NETO GONÇALVES

o qual ele possa se conectar. "As flores de plástico não morrem", cita, com ar de troça, a letra dos Titãs, enquanto roça os dedos no vaso sobre a mesa do café da manhã do hotel onde concederá entrevista a *CartaCapital*. "Não tem tato, não tem cheiro. Para mim é até ofensa." Vê então, ao seu lado, uma espada-de-iansã. Leva os dedos à planta de verdade e sorri.

Krenak, no dia da conversa, estava em São Paulo para participar de um evento cinematográfico, o BRLab. Paralelamente, encaixava na agenda entrevistas para a divulgação de seu novo livro: *Futuro Ancestral*. O novo volume forma um tríptico com os muito bem vendidos *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019) e *A Vida Não É Útil* (2020). "São as minhas reflexões em forma de texto." Os títulos dos capítulos são bem mais sugestivos do que *Futuro Ancestral* contém: *Saudações aos Rios*, *Cartografias para Depois do Fim*, *Cidades, Pandemias e Outras Geringonças*, *Alianças Afetivas* e *O Coração no Ritmo da Terra*. "Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugere que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui", escreve nas primeiras páginas.

No presente que Krenak enxerga, o futuro está em risco. A continuarmos neste ritmo de destruição, ele mal pode ser cogitado, na verdade. "O *Homo sapiens*, a espécie, está entrando em extinção", repete, sem alterar o tom de voz, mas com ênfase.

Em São Paulo, eu "piso em pessoas", lamenta

FÁBIO TEIXEIRA/ANADOLU AGENCY/AFP

CartaCapital: Para começar, pode explicar o título do seu novo livro?

Ailton Krenak: Somos todos aculturados pela ideia de que existe um pra trás, um agora e um pra frente. Temos o agora, mas a gente não suporta esse agora, então imagina um futuro ou pensa no passado. As conferências do clima têm discutido o risco da extinção, mas esse risco foi anunciado na Eco-92. Tudo que a gente precisava saber estava ali. Mas a gente não fez nada e continuou destruindo tudo, em nome dessa voracidade moderna. Nosso tempo é o aqui e agora. O nosso futuro está na Terra.

CC: Quais são as suas expectativas, na questão ambiental e a um possível desenvolvimento sustentável, em relação ao novo governo?

AK: Lula, ao ser eleito, foi saudado por chefes de Estado do planeta inteiro. Depois de um governo predatório, em todos os sentidos que se possa imaginar, e em meio à distopia que vivemos, com crise climática, pandemia e guerra, a eleição de Lula foi um alívio. Como tenho dito, ela trouxe um pouco de oxigênio para todos. Agora, sobre o que você pergunta... Primeiro, temos de substituir a palavra desenvolvimento pela palavra "envolvimento". É de envolvimento que se trata. Eu não acredito em desenvolvimento. Devemos todos nos envolver e entender que precisamos de todos os outros organismos para que seja mantida a experiência comum de estarmos vivos. Não tem como a gente experimentar a vida, se não estivermos supridos por toda essa oferta de bem-estar que organismos não humanos – muitos dos quais nem vemos – nos oferecem. O homem acha que ele pode apenas ficar vivo, sem pagar nenhuma conta e, com isso, a caminhada humana deixa em torno de si um deserto. Quando falo dessas coisas, não se trata de salvar a Terra, mas de nos salvarmos. Não falo apenas dos índios, mas de todos nós.

CC: E o que acha da criação do Ministério dos Povos Originários?

AK: A população indígena estava

ameaçada de genocídio por este governo criminoso que agora acaba. Então, só esse gesto de anunciar a criação de um ministério voltado para a questão indígena precisa ser elogiado. A partir do início do governo, vamos ver como ele será, na prática. Porque ele nasce do zero, e vai precisar de orçamento e de estrutura. Outra questão política: o Estado precisa decidir o que fazer com as terras indígenas. Quem está sendo roubado, quando um particular pega as terras dos índios, se é o próprio Estado. E quando se destrói a floresta, estamos destruindo todos nós. Mas, quando o presidente se dispõe a criar um Ministério dos Povos Originários, acredito que haja um comprometimento com essas questões.

CC: No livro você pergunta: "Como atravessar os muros das cidades? Quais possíveis implicações poderiam existir entre comunidades humanas que vivem na floresta e as que estão enclausuradas nas metrópoles?" Como você se sente em relação a essa possibilidade quando está em São Paulo?

AK: Ontem à noite, andando a pé por aqui (*na região da Rua Augusta, em São Paulo*), saindo do (*Espaço Itaú de*) cinema e voltando para o hotel, eu pisava em pessoas. A cidade está doente e, se isso for naturalizado, a cidade, como experiência social, morrerá. Quando venho para São Paulo, fico com gripe, fico com febre, com erisipela, catapora (*risos*). Você vê o Padre Júlio Lancelotti? Ele, muitas vezes, tem a expressão exaurida. Uma pessoa não pode apenas doar. Doar exaure. Precisamos receber também. Vivemos um tempo muito árido, mas não podemos nos esquecer de que a produção de afeto é recíproca. Tem aquela música (*É Tudo Pra Ontem*) em que o Emicida e o Gilberto Gil cantam o fragmento de um mito do povo Krenak. *Viver é partir, voltar e repartir. Viver é partir, voltar e repartir.* Esses versos são uma brincadeira com as palavras, mas eles falam também sobre a circulação de afeto.

CC: A circulação de afeto para enfrentar a circulação de ódio...

"NÃO ENTENDO DE ONDE VEM ESSA IDEIA DOS BRANCOS DE QUE O SOFRIMENTO ENSINA ALGUMA COISA. NÃO QUERO APRENDER NADA À CUSTA DE SOFRIMENTO"

AK: Precisamos de um escândalo, com as pessoas em transe, batendo as cabeças nos muros, rezando juntos. Tenho chamado esse movimento de ecumenismo fascista, porque reúne católico, evangélico... Eles rezam e pedem golpe. Quando a gente olha pra isso, e olha também para essas pessoas nas ruas de São Paulo, remontando nas ruas as casas de onde foram expulsas, a gente entende que está à beira do abismo. O Martin Luther King, em uma de suas marchas mais importantes, uniu evangélicos e muçulmanos. E a bronca dos norte-americanos com isso não era porque eles eram evangélicos, mas porque eram negros. Essas pessoas, aqui no Brasil, estão que nem os hebreus enfiando papelzinho no muro. Isso só se explica por algum abismo cognitivo. Vivemos um colapso moral. São sonâmbulos que zanzam por aí sem saber para onde estão indo ou o que estão fazendo. Eles acusam o próximo governo de projetar banheiros unissex. E são terraplanistas. Essa gramática fascista maluca me fez até perder a minha fé em disco voador (*risos*). Mas é melhor que enfiar bilhetinhos em muro, né? Imagina se eu escrevo um bilhete e o general Braga Netto lê?

FUTURO ANCESTRAL

Ailton Krenak. Companhia das Letras (128 págs., 34,90 reais)

CC: Acredita numa reconfiguração do Estado Democrático de Direito?

AK: A Colômbia, um Estado pan-amazônico, enfrentou uma situação na qual o presidente que se elegeu teve de compor forças e criar uma governança plurinacional. A gente tem experiência no Chile, na Bolívia, e isso tudo tem sido discutido em busca do exercício da democracia, mas de uma democracia capaz de construir novas configurações na sociedade.

CC: Como foi sua experiência pandêmica, um dos temas do livro?

AK: Em algum momento, quando falávamos sobre essa travessia que todos enfrentamos, alguém me perguntou: "O que a Covid-19 nos ensinou?" Ora, por que alguém acha que a pandemia deveria nos ensinar alguma coisa? A pandemia não veio para ensinar nada, mas para devastar as nossas vidas. O que eu digo é que não entendo de onde vem essa ideia dos brancos, de que o sofrimento ensina alguma coisa. Não quero aprender nada à custa de sofrimento. Uma coisa que sei sobre a pandemia é que a nossa acomodação psicológica ao ambiente virtual, intensificada nesse período, não deve ser saudável. Quando temos uma tela entre nós, não estamos conversando diretamente uns com os outros.

A base da ciência

Sem educação e pesquisa, o Brasil nunca realizará seu potencial de desenvolvimento

POR HELENA B. NADER*

EMBRAER E AGÊNCIA PETROBRAS

Petrobras e Embraer, duas gigantes mundiais nascidas do planejamento, inovação e esforço concentrado

O Brasil nos últimos anos buscou afastar-se de forma sistemática dos valores democráticos. Este é mais um ano que deve entrar para a história como um período dramático na vida social, política e econômica do País, com a perda dos valores éticos e morais. Foi e tem sido difícil para todos, em especial para quem defende educação, ciência, cultura, direitos humanos, meio ambiente, saúde.

Helena B. Nader
Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), professora titular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Quando olhamos para fora vemos um mundo no qual, apesar de todos os avanços científicos e tecnológicos, apesar da globalização, da esperança de uma sociedade mais pacífica, interligada e tolerante, ocorrem conflitos de toda ordem. Intolerância com a diversidade de gênero, raça e religião, violência urbana, diásporas e terrorismo. A intolerância com os imigrantes convive com o medo da fragilidade econômica, que produz o desemprego em larga escala em vários pontos do planeta. É muito difícil fazer julgamentos claros e uníssonos quando existem sociedades tão divididas.

Infelizmente, o mesmo ocorre no Brasil, com consequências semelhantes. Este cenário em nada contribui com a busca por saídas que levem o País de volta ao crescimento, à educação universal e com qualidade, ao desenvolvimento científico e tecnológico, em prol de uma nação mais justa, inclusiva, sustentável e que busca o bem-estar de todos.

Repito aqui o depoimento que fiz quando da minha posse, neste ano, como presidente da Academia Brasileira de Ciências. O desenvolvimento sustentável foi definido pelas Nações Unidas como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades. Para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado, é fundamental harmonizar três elementos centrais: o social, o econômico e o ambiental. Esses elementos estão interligados e são cruciais para o bem-estar dos indivíduos e das sociedades.

Nesse sentido, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável. Precisamos avançar em uma agenda econômica que envolva a geração de oportunidades para todas e todos, de forma sistêmica, solidária e justa. E, na minha visão, educação e ciência, tecnologia e inovação são os motores para que a sociedade brasileira alcance a equidade.

Temos de lembrar, no entanto, que educação e ciência são atividades recentes na história do nosso país. Enquanto, na América Espanhola, as primeiras universidades surgiram no Peru e no México em 1551, aqui no Brasil, as primeiras escolas só começaram quando da imigração da família real portuguesa, em 1808. A partir des-

De 1985 para cá, o Brasil melhorou sua posição no *ranking* internacional de produção científica, apesar dos percalços

se período e com a proclamação da Independência e estabelecimento do império foram criados institutos e escolas que são referência até hoje em educação e ciência.

Apesar de a nossa trajetória científica ser recente, devemos salientar que o desempenho da ciência brasileira tem sido bastante relevante nas últimas décadas. Em 1985, os trabalhos científicos publicados nas bases de dados da Scopus ou da Web of Science representavam perto de 0,35% da produção mundial. Hoje o Brasil responde por em torno de 2,8% dessas publicações. Demos maior visibilidade à nossa ciência, com o aumento de coautorias internacionais de 30,8% (2015) para 35,2% (2019), ainda inferior àquela da Argentina (50,5%), da média da América Latina (40,85%) ou da União Europeia (46,5%), de acordo com o relatório da Unesco de 2021. O mesmo relatório também mostra que o Brasil e a UE apresentam 2,4% das publicações científicas envolvendo coautoria entre os setores acadêmico e empresarial, enquanto esses valores para a Coreia do Sul equivalem a 3,9% e 4,4% para a Alemanha. Mais de 90% dessa produção científica tem sua origem nas universidades públicas, federais e estaduais e em institutos públicos.

Alguns outros dados relevantes para que possamos entender melhor a urgência para investimento em educação e CT&I. Em 2022, o Brasil ficou em 59º lugar entre 63 nações no Ranking Mundial de Competitividade (Fórum Econômico Mundial) e na competitividade digital fomos para a 52ª posição (International Institute for Management Development). Já no Índice Global de Inovação entre 132 nações ocupamos a 54ª posição. De acordo com o Banco Mundial, enquanto os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) como porcentagem do PIB mundial foram de 2,63% (2020), no Brasil foram de apenas 1,21% (2019).

O Brasil figura ao lado das principais economias do mundo, situando-se entre a 9ª ou 12ª posição, a depender dos indicadores. A ciência brasileira foi fundamental para que o País alcançasse essas posições, desde a agricultura até a produção de petróleo e gás. Isso não se deu por acaso, mas por investimentos de longo prazo na pesquisa básica e fundamental até a tecnológica. Foi assim na agricultura, com o estabelecimento das primeiras escolas no fim do século XIX e início do século XX, como a Escola Agrícola da Bahia (1875), a Escola Agrícola Luiz de Queiroz (1901), e outras que formaram a base para a construção da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, tornando o Brasil uma potência agrícola na produção de grãos como soja e frutas, entre outros. A ciência e a tecnologia do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e das universidades brasileiras permitiram descobrir petróleo em águas ultraprofun-

das. Exemplos dos impactos da ciência na balança comercial brasileira não faltam, como o desenvolvimento e a produção de aeronaves, a automação bancária, o uso da biodiversidade brasileira para a indústria de cosméticos e inteligência artificial e robótica, entre outros. Ciência, tecnologia e inovação são responsáveis por grande parte do PIB brasileiro.

O mundo onde vivemos está em transformação, seja pela alteração do uso e cobertura do solo, seja pela alteração dos fluxos biogeoquímicos, desastres naturais, escassez de água, mudança de hábitos alimentares, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição global (rios, oceanos, terra, ar) e urbanização. E essas mudanças afetam a saúde local e global, pelo aumento ou aparecimento de novas doenças infecciosas e doenças não comunicáveis, pela segurança alimentar, saúde mental, educação e trabalho. Somente com ciência poderemos enfrentar esses desafios que se apresentam.

O que vimos nos últimos anos no Brasil foram, porém, cortes crescentes na educação e CT&I que nos colocam em

NÃO PODEMOS ESQUECER: EDUCAÇÃO E CIÊNCIA NÃO SÃO GASTOS, MAS INVESTIMENTOS

uma posição bastante fragilizada no cenário global. De acordo com relatório da União Europeia, o investimento em pesquisa pública tem um retorno de três a oito vezes do valor aplicado e entre 20% e 75% das inovações não poderiam ter sido desenvolvidas sem a contribuição da pesquisa pública. O próprio Fundo Monetário Internacional afirma, em recente relatório, que o investimento em pesquisa básica pode ajudar formuladores de política a acelerar o crescimento econômico pós-Covid, pois é insumo essencial para inovação. O Brasil caminha na contramão do mundo no que se refere a investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

ISTOCKPHOTO E ARQUIVO/EMBRAPA

O planeta está em transformação e enfrenta vários riscos. A pesquisa tornou-se mais essencial

Ainda, é importante corrigir em perto de 66% os valores das bolsas de mestrado e doutorado, congeladas desde 2013, para recompor o poder aquisitivo. Precisamos formar pessoal qualificado para o nosso mercado de trabalho. Mas, nos últimos anos, estamos assistindo a uma diminuição na busca pela pós-graduação, em função da baixa remuneração e dos cortes em investimentos em CT&I. De acordo com o IBGE, o Brasil acumula há sete anos diminuição no número de empresas industriais. Há, portanto, necessidade urgente da reindustrialização. Por exemplo, o setor industrial da saúde pode desempenhar papel estratégico no processo de reindustrialização e modernização tecnológica do País, ao mesmo tempo que gera milhões de empregos, substitui importações, reduz as desigualdades e, principalmente, garante maior bem-estar a todos os brasileiros. Sem uma política de modernização e ampliação de nossa base produtiva e tecnológica, provavelmente o acesso universal da população à saúde ficará, no entanto, comprometido. Esse mesmo racional pode ser aplicado a outras áreas do chamado setor empresarial.

Lembro que sem investimento em educação não teremos ciência, tecnologia e inovação. O Banco Mundial coloca em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2018: "Os alunos de hoje serão os cidadãos, líderes, trabalhadores e pais de amanhã. Portanto, uma boa educação é um investimento com benefícios duradouros". A posição da economia brasileira nos mostra que recursos existem, mas faltam prioridades. Estamos começando um novo momento, no qual acredito que educação e ciência serão de fato consideradas e tratadas como políticas de Estado.

O mantra continua a ser: educação e ciência não são gastos, mas investimentos.

Luto infinito

Não há como superar centenas de milhares de mortes evitáveis para a Covid-19 sem justiça e reparação, alerta Christian Dunker

Com 2,7% da população mundial, o Brasil concentrou mais de 10% do total de mortes por Covid-19 em todo o planeta. O negacionismo de Jair Bolsonaro, o atraso na entrega de vacinas e a negligência estatal em prover tratamento adequado aos pacientes – faltou até oxigênio nos hospitais de Manaus – provocaram centenas de milhares de mortes evitáveis. As famílias enlutadas nem sequer tiveram a oportunidade de se despedir das vítimas da pandemia adequadamente. Pior, o País comporta-se como se nada tivesse acontecido, uma negação do luto que só prolonga o sofrimento coletivo.

A análise é de Christian Dunker, professor do Instituto de Psicologia da USP e pós-doutor em Psicologia Clínica pela Manchester Metropolitan University, que acaba de concluir um livro sobre o tema. O psicanalista explica que o luto envolve entender o significado da perda recente em relação às anteriores, um processo que se completa na relação com outros enlutados. Quando se trata de um trauma coletivo e existe a percepção de que a morte poderia ser evitada, só é possível encontrar paz após algum tipo de reparação.

"Há lutos que a gente não quer ver o fim", afirma. "Não quero concluir o meu luto, por exemplo, por Marielle Franco. Então entro em um luto infinito. Enquanto algo não acontecer, como a revelação de quem mandou matá-la, meu luto não termina." Na entrevista a seguir, Dunker fala sobre a superação dos traumas da pandemia e as perspectivas para as novas gerações.

CartaCapital: O Brasil soma quase 700 mil mortos por Covid-19. Além das famílias enlutadas, estima-se que 130 mil crianças e adolescentes ficaram órfãos na pandemia. Qual é o impacto disso para a sociedade e a nossa subjetividade?

Christian Dunker: Acabei de finalizar um livro sobre o tema, intitulado *Lutos Finitos e Lutos Infinitos*. É uma tentativa de juntar o luto como experiência individual, de perda de uma pessoa querida, com esse processo no qual o meu luto se encadeia no luto do outro, e do outro no do seguinte, e assim indefinidamente. Clinicamente, isso é um fato relevante. Quando a gente se enluta, precisa contar com o luto do outro. Mas, quando não é possível ver o corpo nem acompanhar direito o enterro, quando a pessoa ficou entubada e morreu sem contato com a família, essa experiência fica um pouco contida. Para muitos, o processo do luto ficou suspenso, porque essa parte não estava disponível. A todos que passam por esse momento recomendo o livro *O Lugar*, de Annie Ernaux, que relata o luto da autora em relação ao pai. O processo envolve uma espécie de pesquisa sobre quem era a pessoa que se foi. E como essa memória acontece? As coisas lembram, as cartas lembram, os lugares lembram, as palavras lembram, e o outro também me faz lembrar, por ângulos e afetos diferentes, mas complementares. Com a pandemia, no entanto, as pessoas estão mais distantes, o que retarda a elaboração do luto.

O psicanalista acaba de concluir um livro sobre o tema

CC: Quando o luto de fato termina?

CD: Para a psiquiatria, esse processo leva 15 dias. Caso contrário, tome antidepressivo. Na verdade, cada um tem o seu tempo. Alguns levam meses, outros demoram anos, pode ser que a dor nunca passe. Mas, respondendo à pergunta, feita anteriormente por Freud, o luto termina quando ele se articula simbolicamente com os lutos anteriores da sua vida. Quando perdi minha mãe, comecei a lembrar do meu pai, que eu havia perdido 15 anos antes. Ao lembrar do meu pai, veio à memória a imagem de minha avó... A questão é como você guarda a perda recente em relação às anteriores, em uma espécie de cadeia. No momento em que você consegue lidar com essas memórias com pouco peso, sem que ela atravanque a sua alma de tal maneira que você mal consegue se mexer, isso representa o término do luto, que o Freud chamava de "momento de liberdade", por nos fazer sen-

Os familiares das vítimas sequer puderam se despedir adequadamente

tir mais leves. É como se tivesse passado a dor e ficado apenas a saudade. No entanto, se a gente pensa o luto como processo social, ele só vai terminar quando você conseguir, dentro de sua comunidade, fazer esse encadeamento coletivo.

CC: Como assim?

CD: Há lutos que a gente não quer ver o fim. Não quero concluir o meu luto, por exemplo, por Marielle Franco. Então entro em um luto infinito. Enquanto algo não acontecer, como a revelação de quem mandou matá-la, meu luto não termina. A grande questão, em relação à pandemia, é quem vai pagar a conta de centenas de milhares de mortes evitáveis. Recomendo a todos o filme *1985, Argentina*. Obrigatório. Temos muito o que aprender com os *hermanos*. Eles julgaram os crimes da ditadura, e não se trata de revanchismo. Julgamento é reparação. Na prática, a pergunta de fundo de um julgamento dos crimes da pandemia é: "Que novo Brasil a gente quer?"

CC: Por falar no Brasil que desejamos, o que será dessa geração que concluiu o Ensino Médio e entrou na faculdade em meio à pandemia? Eles tiveram prejuízos em sua formação e começam a retomar o convívio social agora, mas em um país arruinado, com poucas perspectivas de futuro, não?

CD: Vamos ver o filme *Nunca me Sonharam*, de Cacau Rodhen. Mesmo antes da pandemia, essa geração já se via sem rumo. O documentário ouve estudantes de escolas públicas do Brasil inteiro e expõe a falta de perspectivas que você mencionou. Por mais que tenhamos mais negros nas universidades públicas – que estão em ruínas, mas estão abertas –, não é uma coincidência que o processo de desmonte do ensino superior público tenha ocorrido exatamente quando as universidades se tornaram mais inclusivas. Sim, o sistema de cotas está funcionando, mas ainda não demos condições para esses jovens sonharem. Dentro da máquina neoliberal, a única perspectiva depois da faculdade é encontrar um emprego e ser massacrado dentro da empresa. Os jovens dizem "eu não quero isso", e com razão. Eles olham para os adultos e enxergam pessoas queixosas, depressivas, medicalizadas. Por que desejariam se transformar em um sujeito desse tipo?

– A Mariana Serafini

"A PERGUNTA DE FUNDO DE UM JULGAMENTO DOS CRIMES DA PANDEMIA É: 'QUE NOVO BRASIL A GENTE QUER?'", AFIRMA

ALEXANDRE SCHNEIDER/GETTY IMAGES/AFP E TEDX GUARULHOS

Âncora fiscal

"A desigualdade é o principal fator que impede o Brasil de crescer de forma sustentável", avalia Tereza Campello

A RODRIGO MARTINS

Encarregado de analisar as contas do Ministério da Cidadania, o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Social e Combate à Fome da equipe de transição de Lula identificou um cenário desalentador. Não havia recursos suficientes para pagar o Bolsa Família de 600 reais e a verba disponível para o Vale-Gás, cortesia eleitoral de Bolsonaro, acabaria no primeiro semestre. Na área de serviços socioassistenciais, a verba despencou 96%, comprometendo o atendimento nos Centros de Referência em Assistência Social (Cras), em abrigos de crianças e idosos e em centros de acolhimento para mulheres vítimas de violência, entre outros equipamentos essenciais.

Não fosse a liberação de despesas sociais acima do teto, o colapso da rede de proteção social seria iminente, avalia a ex-ministra Tereza Campello, integrante do comitê. Na entrevista a seguir, ela apresenta um diagnóstico da situação deixada pela equipe de Bolsonaro, explica como pretende superar a chaga da fome, a fustigar 33 milhões de brasileiros, e aponta fatores que nunca entram nas contas dos propagandistas da austeridade fiscal.

"Os fiscalistas pensam no curtíssimo prazo. Qual foi o custo de não ter oferecido vacina contra a Covid a tempo? Quantas vidas foram perdidas?", provoca. "E desnutrição infantil? Além das consequências biológicas, dos impactos na rede hospitalar, incontáveis estudos provam que uma criança mal alimentada tem graves prejuízos na aprendizagem, algo que pode comprometer todo o seu futuro. Alguém do mercado precificou isso?"

CartaCapital: Recentemente, a senadora Simone Tebet afirmou que os recursos do Ministério da Cidadania estavam reservados quase exclusivamente para o Auxílio Brasil e o Vale-Gás. Todos os demais programas estavam abandonados, na penúria. É isso mesmo? Qual é a dimensão do estrago causado pelo governo Bolsonaro?

"Os fiscalistas pensam no curtíssimo prazo", lamenta a ex-ministra

Tereza Campello: Na verdade, a senadora foi um pouco otimista nessa avaliação. Com o valor reservado no Orçamento, só daria para pagar o Vale-Gás até meados de 2023. No caso do Auxílio Brasil, seria possível oferecer apenas um benefício de 405 reais, e não de 600 reais, valor prometido pelos dois candidatos que disputaram o segundo turno. Na área de serviços socioassistenciais, a situação é de calamidade, a verba despencou 96%. Nos 5.570 municípios brasileiros, há um conjunto de equipamentos mantidos com recursos do governo federal, em regime de copartipação. São abrigos de criança e idosos, unidades que acolhem jovens em conflito com a lei, mulheres vítimas de violência, programas de erradicação do trabalho infantil e escravo. Na minha gestão, esse conjunto de serviços era da ordem de 8 bilhões de reais, em valores corrigidos pela inflação. O mínimo para manter o atendimento, em condições precárias, com filas, é 2,5 bilhões. Sabe quanto eles reservaram? Apenas 49 milhões de reais.

CC: Se o mínimo necessário para essas unidades abrirem as portas é de 2,5 bilhões de reais, o que daria para fazer com 49 milhões?

JHONY PINHO/AGIF/AFP E ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

“OS PAGAMENTOS INDEVIDOS DE AUXÍLIO GERARAM UM PREJUÍZO DE 6,6 BILHÕES DE REAIS”

TC: Esse valor daria para manter esses serviços por uma semana. Na verdade, há tempos o governo federal não cumpre suas responsabilidades. Se essas unidades ainda estão abertas, é porque as prefeituras ou os governos estaduais bancam com recursos próprios. E a tragédia não para por aqui. O programa de cisternas, por exemplo, que a gente chegou a gastar 1 bilhão de reais por ano, tem 2,6 milhões de reais previstos. É um valor irrisório, só para não fechar a dotação orçamentária.

CC: Para justificar a gastança no período eleitoral, Bolsonaro disse que não iria “deixar o tanque cheio” para o próximo governo.

“Alguém precificou o custo de deixar 33 milhões de brasileiros passando fome?”

TC: Na verdade, eles estão entregando o carro com o tanque vazio, a centenas de quilômetros de qualquer posto de gasolina, e com os quatro pneus furados. De forma proposital. Só que o prejuízo não será arcado só pelo governo. Quem vai sofrer é a população mais pobre e vulnerável.

CC: Ao lançar o Auxílio Emergencial na pandemia, a atual gestão parece ter abandonado o Cadastro Único. Os beneficiários passaram a se inscrever por aplicativo, sem a triagem de assistentes sociais. O TCU apontou, porém, pagamentos indevidos a 3,5 milhões de famílias incluídas em agosto, no início da campanha eleitoral, um prejuízo bilionário aos cofres públicos.

TC: Sim, é verdade. Houve muita fraude. Mais de 79 mil militares receberam benefícios indevidamente. É um número altíssimo, se levarmos em conta que as Forças Armadas têm cerca de 360 mil homens na ativa. Estranha-me o fato de a mídia não ter se interessado em investigar esse caso a fundo. Teve muita gente que nunca foi pobre e recebeu auxílio, entre eles aquele empresário que insultou Gilberto Gil no Catar. Teremos trabalho para identificar os aproveitadores e recuperar o dinheiro. É preciso, porém, separar o joio do trigo. Tenho motivos para acreditar que milhões de brasileiros pobres foram induzidos ao erro pelo próprio governo.

CC: Como assim?

TC: Houve uma inexplicável multiplicação das famílias unipessoais, compostas de uma só pessoa, nos últimos meses. O solitário indivíduo em situação de rua também tinha direito ao Bolsa Família, mas o cálculo do benefício era *per capita*. No nosso programa, não fazia diferença se você vivia sozinho ou com mais pessoas, o valor pago por beneficiário era o mesmo. O governo Bolsonaro destruiu essa lógica de equidade. O Auxílio Brasil tem um valor fixo por família, não importa o número de integrantes dela, e muitos brasileiros, por

O ônus de excluir milhões de beneficiários incluídos indevidamente no Auxílio Brasil ficará para o governo Lula

estratégia de sobrevivência, declararam viver sozinhos para que o cônjuge também pudesse receber. Como não houve campanha de esclarecimento, não podemos acusá-los de fraude. Além disso, o cadastro no aplicativo foi mal concebido, deixou muita gente em dúvida e não havia a quem recorrer para buscar informações corretas.

CC: Até porque a triagem do assistente social deixou de existir. O beneficiário passou a ser responsável pelo próprio cadastro no aplicativo.

TC: Exatamente, e qual foi o resultado? Em 2018, antes de Bolsonaro assumir, havia 1,8 milhão de famílias unipessoais, com um único integrante, no cadastro do Bolsa Família. Esse número saltou para 5,5 milhões em julho de 2022, um aumento de 197%. O mais espantoso é o Ministério da Cidadania não ter notado a diferença. Ainda assim, insisto: não acredito que essas pessoas agiram de má-fé. Ocorreram oito mudanças profundas nos programas de transferência de renda nos últimos quatro anos. Regras diferentes, valores distintos. O povo ficou desnorteado.

CC: Qual foi o impacto disso nos cofres públicos?

TC: Pelos cálculos dos técnicos da equipe de transição, em torno de 6,6 bilhões de reais. Levará tempo para corrigir essas distorções no Cadastro Único. Passada a eleição, eles sorrateiramente publicaram uma instrução normativa para fazer a revisão cadastral de 3,2 milhões de beneficiários, mas jogou a bucha para o próximo governo. O ônus de retirar do cadastro aqueles que estão recebendo auxílio indevidamente recairá sobre as nossas costas.

CC: Em 2014, quando o Brasil saiu do Mapa da Fome, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) destacou a importância do Bolsa Família, mas deixou claro que o êxito era decorrente de um conjunto de políticas públicas, como a valorização do salário mínimo, o Programa de Aquisição de Alimentos e o reforço das merendas escolares. Mas o chamado mercado parece só aceitar o Bolsa Família fora do teto de gastos, como se ele fosse suficiente para resolver a questão.

TC: A reestruturação do mercado de trabalho formal, por sinal, foi o que mais contribuiu para a superação da insegurança alimentar no Brasil, mais que o Bolsa Família. Sempre me perguntam sobre as novidades nos programas sociais, mas o maior desafio será recuperar aquilo que foi destruído por Bolsonaro. Ele nem sequer reconhecia a gravidade da fome, dizia que 33 milhões de famintos era um número superestimado, que não via ninguém pedindo comida na porta da padaria, mas também não apresentava qualquer estudo para rebater o dado. Eu espero que, após desocupar o Palácio da Alvorada, ele volte a frequentar padarias, porque sou sempre abordada por pessoas pedindo um pãozinho, um litro de leite. O primeiro passo para superar um problema é reconhecer que ele existe. O compromisso de Lula é vencer a fome no tempo mais curto possível.

CC: Como fazer isso?

TC: Não tem mistério, é retomar o trabalho que vínhamos fazendo. Não são só os 600 reais do Bolsa Família, é reforçar a merenda escolar, retomar os incentivos à agricultura familiar, criar estímulos para o agronegócio produzir

alimentos, e não somente *commodities* para exportação. A FAO sempre destacou um ponto: o problema do Brasil nunca foi a escassez de alimentos, e sim a falta de renda para comprá-los. Se você me perguntasse qual foi o principal motivo para a volta da fome, eu diria que foi a desestruturação do mercado de trabalho, sobretudo após a reforma do Temer, que empurrou milhões de brasileiros para a informalidade e os empregos precários. Hoje, a grande maioria trabalha mais e ganha menos. É lógico que a pandemia agravou o cenário, mas a pobreza e a fome vinham crescendo antes de o Coronavírus chegar aqui. Bolsonaro só reforçou esse processo.

CC: Guedes furou o teto de gastos em quase 800 bilhões de reais nos últimos quatro anos, mas não víamos o "mercado" espernear tanto como agora, em meio aos esforços de Lula para viabilizar os programas sociais. Consigo entender os motivos que levam banqueiros e investidores a defender esse fiscalismo draconiano, mas os empresários escapam à minha compreensão.

"OS FISCALISTAS IGNORAM O FATO DE QUE, AO AQUECER A DEMANDA, O ESTADO ARRECADA MAIS POR MEIO DE TRIBUTOS. SÓ ENXERGAM A PONTA DAS DESPESAS, NUNCA DA ARRECADAÇÃO"

Não percebem que o empobrecimento do povo destrói o mercado doméstico?

TC: É cansativo pregar no deserto, repetir sempre o mesmo discurso: "Para cada real investido no Bolsa Família, retorna 1,8 real no PIB. Outros benefícios assistenciais, como o BPC, geram o mesmo efeito multiplicador. O desenvolvimento social é o motor da economia, estimula o mercado interno". Não adianta falar, os fiscalistas nunca incluem isso na conta, e também ignoram o fato de que, ao aquecer a demanda por produtos e serviços, o Estado arrecada mais por meio de tributos. Não adianta olhar só para a ponta dos gastos, é preciso olhar para a arrecadação. Alguns podem argumentar que esse estímulo à demanda interna tem fôlego curto, mas são os fiscalistas que pensam no curtíssimo prazo. Qual foi o custo de não ter oferecido vacina contra a Covid a tempo? Quantas vidas foram perdidas? E a desnutrição infantil? Além das consequências biológicas, dos impactos na rede hospitalar, incontáveis estudos provam que uma criança mal alimentada tem graves prejuízos na aprendizagem, algo que pode comprometer todo o seu futuro. Alguém do mercado precificou isso? Essa conta a gente só vai pagar daqui dez, 15 anos, quando esse menino entrar no mercado de trabalho. Mas, olhe, eu não gosto de encerrar uma entrevista assim, tão para baixo. Posso acrescentar uma observação?

CC: Fique à vontade.

TC: Lembra-se da Anna Peliano? Ela morreu de câncer no ano passado, era uma socióloga brilhante. Montou o primeiro Mapa da Fome no Brasil, que subsidiou a luta de Herbert de Souza, o Betinho. Foi ainda secretária-executiva do Comunidade Solidária. Bem, ela costumava dizer que as políticas públicas estavam sujeitas a avanços e retrocessos, mas nunca retornavam ao patamar anterior. De fato, quando a gente analisa em uma perspectiva mais ampla, de 40 ou 50 anos, vemos que o Brasil avançou muito em termos sociais. Hoje, ainda estamos atordoados com o estrago causado por Bolsonaro, mas tenho certeza de que seremos capazes de retomar o caminho da inclusão e do desenvolvimento social. •

GOVSP E FELIPE BARROS/PREFEITURA DE ITAPEVI

A reestruturação do mercado de trabalho contribuiu para tirar o País do Mapa da Fome e para estimular a economia

Janeiro de 2027

Quando o novo governo tomar posse, começa a corrida pela sucessão

POR JOSÉ SÓCRATES*

Lula vai tomar posse em clima de festa popular. É justo. Em última análise, ao povo compete defender a democracia e foi exatamente o que aconteceu na eleição presidencial. Todavia, apesar do júbilo, é impossível ignorar certa sensação de que uma geração política encontra neste governo uma última oportunidade de servir ao País. Nos próximos quatro anos, a direita e a esquerda deverão escolher novas lideranças e todos sabemos como essas escolhas vão marcar a política brasileira dos próximos 20 anos. Por mais injusto que seja, no momento em que o novo governo tomar posse, toda a política estará a pensar no próximo. A política vive de antecipação e adora especular sobre o futuro. Impossível resistir.

A direita tem a escolha mais importante a fazer – e também a mais difícil. De forma simples, trata-se de escolher entre Jair Bolsonaro e a democracia. Devemos esperar que a direita brasileira tenha aprendido a lição: sem apelo ao centro político, perde. Só a moderação e o respeito democrático serão capazes de garantir que o bloco político de direita seja eleitoralmente competitivo. Assim sendo, a escolha deve ser radical. Cortar com Bolsonaro, cortar com os apelos à intervenção militar, cortar com a nostalgia da ditadura e com a pretensão de que só a direita representa os valores do genuíno povo brasileiro, colocando a esquerda, sua adversária, como um não povo que deveria ou se render ou ser banida do País.

José Sócrates
Ex-primeiro-ministro de Portugal.

No fundo, a escolha não podia ser mais clara: transformar o populismo bolsonarista numa minoria no espaço da direita brasileira. A tarefa, convenhamos, não é fácil. Nada fácil. Principalmente, porque exige um caminho sem ambiguidades. Um caminho sem meio-termo. Metade do caminho não é caminho nenhum. E quem quiser a vida sossegada, para o dizer como disse um poeta português, o melhor é ficar quieto e fugir da batalha. Isso vai exigir luta e coragem e trabalho e desassombro. A tarefa é tão simples como pesada, transformar a direita brasileira

EDUARDO OGATA/HADDAD 2022, LEANDRO PAIVA/BOULOS 2022, EVARISTO SÁ/AFP E REDES SOCIAIS

É DA NATUREZA DA POLÍTICA. ELA VIVE DA ANTECIPAÇÃO E DA ESPECULAÇÃO

numa direita democrática. Se isso for possível (e, sinceramente, não sei se será possível fazê-lo em tão pouco tempo), trata-se de transformar os inimigos de hoje em cordiais adversários de amanhã. Quem o fizer merecerá o respeito de todos, da direita que poderá ambicionar formar um bloco social majoritário e disputar a vitória eleitoral. E da esquerda, que passará a competir eleitoralmente sem medo da violência política. Mais uma vez, a tarefa é digna de respeito – trazer a direita de volta ao espaço democrático.

A empreitada exige novo programa e novo discurso. Mas exige, sobretudo, uma liderança à altura dos tempos. Quem? Não sei, não conheço suficientemente a geografia partidária da direita para fazer apostas que mereçam crédito. Mas sei que Simone Tebet ganhou as suas esporas nestas eleições. Sei que lutou para ser candidata e conseguiu, que lutou por se afirmar eleitoralmente num contexto político muito difícil e que conquistou um inesperado e promissor terceiro lugar. E, talvez mais importante, sem temer o que viria a seguir, decidiu-se imediatamente pelo apoio incondicional a Lula, o que significou uma ruptura total com Bolsonaro, com o bolsonarismo e com tudo aqui-

Tebet fincou sua bandeira durante a eleição. Haddad e Dino disputam espaço a partir do governo. Boulos talvez prefira subir degrau por degrau

lo que este representa. Nestas eleições, Simone Tebet mostrou que sabe lutar e que sabe enfrentar, e saber enfrentar, mais do que conceder, é um ponto importante do ethos do personagem político. O espaço que ela ocupa na política brasileira não lhe foi oferecido, mas conquistado. O mínimo que podemos dizer é que é preciso contar com ela na batalha pela liderança da direita. Vamos ver, vai ser lindo de seguir.

Depois, a esquerda. Este é o primeiro governo de esquerda que começa sem um candidato óbvio em futuras eleições. Assim sendo, no momento em que toma posse o novo governo, começa também a batalha pela sucessão. É a vida. Pode objetar-se que também não havia candidato quando Lula foi presidente pela segunda vez, no segundo mandato. Sim, é verdade, mas desta vez muita gente esperava que ele fosse de novo candidato com qualquer revisão constitucional (que, felizmente, não existiu) ou que escolhesse o sucessor. Agora, desta vez, acho que nenhuma das duas situações vai acontecer. Nem se candidatará de novo nem escolherá sucessor. A sua entrada na história, para citar um clássico da política brasileira, exige um certo afastamento dessas decisões.

E não havendo sucessor óbvio, a batalha da liderança da esquerda começa no primeiro momento em que começa o governo. E o governo é uma boa oportunidade para resolver problemas de liderança. Em primeiro lugar, estar no governo permite uma justa e leal disputa pela sucessão baseada nas capacidades que os diferentes candidatos mostrarem no exercício das funções. Em segundo lugar, estar no governo permite manter um nível de unidade interna que é mais difícil na oposição. O exercício do poder convida à responsabilidade. Mas a primeira vantagem é a mais importante – estar no governo permite escolher a liderança com base na competência executiva e ser um bom governante é condição para ser um bom candidato, característica que nem sempre a esquerda valoriza como devia.

Quanto aos nomes, o exercício de antecipação é ainda temerário, mas nem por isso menos interessante. Não há dúvida de que quatro anos na política brasileira soam a eternidade. Julgo, no entanto, que não arrisco nada se disser que há hoje três nomes indiscutíveis que figurarão na grelha de partida: Fernando Haddad, Flávio Dino e Guilherme Boulos. Haddad tem do seu lado a legitimidade da anterior eleição presidencial e a dignidade com que travou batalha tão desigual. Tem também do seu lado a oportunidade de conduzir bem as finanças do País no cargo que agora vai ocupar, o que constituirá um ativo importante para o futuro. Flávio Dino tem uma longa carreira política em cargos parlamentares e executivos. Foi senador e governador, o que faz dele um político experimentado. Sua cultura política e a segurança com que se exprime o transformam num valor seguro da política brasileira. Finalmente, é preciso falar de Boulos, que, no momento em que escrevo, não sabemos ainda se corre por dentro ou por fora do governo, só me parece certo que correrá, visto que tem coragem de sobra para não virar a cara a nenhuma disputa política. Tem do seu lado algumas caraterísticas que fazem dele um dos nomes mais promissores da esquerda brasileira – é jovem, é popular e tem uma extraordinária história de vida. Se não estiver no governo, exercerá com brilho o seu lugar de deputado federal por São Paulo, o mais votado na eleição. Claro que tudo pode mudar e que surpresas surgirão. Todavia, estes são os três nomes que ocupam a linha de partida. O único voto que podemos fazer é desejar que a disputa seja leal e que conduza, no fim, à unidade política que foi um dos grandes fatores do sucesso eleitoral da esquerda nos últimos anos.

AS LIBERDADES POLÍTICAS, AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS INDIVIDUAIS, NÃO SÃO LIBERDADES BURGUESAS, SÃO PRINCÍPIOS FUNDADORES DO ESTADO DE DIREITO

Sem a caneta e sem a exposição do cargo, Bolsonaro tem futuro político incerto. Mito "morto", mito posto?

Estar no governo é uma vantagem para resolver crises de sucessão. A partir da oposição é mais difícil.

A esquerda procurará uma nova liderança, mas será, talvez, justo dizer que sua tarefa política é mais simples, porque não se trata de mudar radicalmente o seu programa ou o seu discurso, mas de dar continuidade ao esforço reformista que anima o atual governo. Reformas de crescimento, reformas de distribuição de renda, reformas de igualdade. No fundo, poderemos dizer assim: a tarefa da esquerda é dar continuidade ao esforço de criar um Estado de desenvolvimento e um Estado social. E de uma vez por todas acabar com a ideia de que a liberdade é apenas uma condição para a segurança das operações financeiras.

Quando me perguntam qual é o princípio político que considero mais importante, costumo responder de forma negativa. Não acredito que qualquer fim social, por mais nobre que seja, possa ser alcançado com sacrifício da liberdade individual. Dito de forma talvez mais concreta, não acredito no sacrifício das garantias constitucionais modernas em nome de finalidades coletivas. No meu ponto de vista, que resulta também da minha experiência de vida, nada de bom pode ser conseguido para a sociedade se não mantivermos esse mínimo de autonomia que faz de nós soberanos únicos de um espaço, limitado, é certo, mas indispensável à nossa afirmação como indivíduos dotados de razão.

Nesse sentido, entristece-me profundamente ver largos setores da esquerda confundirem, propositadamente, o liberalismo clássico do século XVIII com o que se convencionou chamar de neoliberalismo. Não, não são a mesma coisa. O primeiro nasceu como pensamento revolucionário contra o privilégio e pela igualdade. O segundo afirmou-se como movimento reacionário contra o Estado de Bem-Estar Social e contra o chamado "perigo do comunismo". O primeiro é filho da Revolução Francesa, o segundo é produto da Guerra Fria e da reação política contra a intervenção estatal na distribuição de recursos. Não são apenas épocas históricas diferentes, são coisas diferentes. Coisas diferentes que a esquerda não devia confundir. Em síntese, o que quero dizer neste momento em que a esquerda regressa ao poder é que as liberdades políticas, as garantias constitucionais individuais, não são liberdades burguesas, são princípios fundadores do Estado de Direito. Quando nos tiram os direitos individuais, nada mais é garantido. Alguém disse, com graça, que a esquerda não perde a oportunidade de perder uma oportunidade. Espero que não perca esta. Feliz ano-novo, Brasil.

ALAN SANTOS/PR

Pessimismo na ideia...

Lembro de Gramsci, ao refletir sobre os próximos quatro anos

POR RITA VON HUNTY*

Bom, veja você, este não é um texto simples de ser escrito. Antes de começá-lo, vale contar uma pequena anedota: minha editora, Ana Paula Sousa, me pediu um texto sobre as expectativas para o governo federal que teremos pelos próximos quatro anos no Brasil (salvo cenários muito atípicos). Ao receber seu pedido, eu respondi: "Mas, Ana... minhas expectativas estão tão baixas, vale mesmo um texto?", ao que ela rapidamente respondeu: "Talvez valha falar disso exatamente".

De primeira, o que me ocorreu ao pensar sobre "expectativas" e "governo Lula-Alckmin" foi citar um amigo, também comunicador social que desenvolve importante trabalho de divulgação científica nas áreas de filosofia e semiótica, Senhorita Bira. Em um tuíte recente, brincou: "As únicas duas coisas que espero do governo Lula são leite a 3 reais e Bolsonaro preso. Ele, a mulher dele, os filhos dele, quem um dia tocou na mão dele, se bobear até a Luciana Gimenez". Mas, como o pedido é por um texto de 6 mil toques e o excerto acima foi dito brilhantemente por este colega de campo político e de trabalho, vamos a algumas ideias.

Para começar, é preciso fazer uma distinção entre desejo/fantasia e expectativa. Os primeiros são aqueles que nos movem, que nos fazem projetar, imaginar e construir a realidade, e a mim eles são excepcionalmente caros. A segunda é uma forma mais pragmática e menos encantada de olhar para a conjuntura e analisá-la. Quando desejo e pragmatismo se contrapõem como num divórcio, não há mais campo para a disputa política. Vencem os tecnocratas e "governar" vira sinônimo de "administrar", em sentido bem específico e restrito, algo como "manter a coisa em ordem".

Rita von Hunty
Professor, *youtuber*, palestrante e colunista de *CartaCapital*.

Bem, e logo de cara, há quatro autores/ideias que eu gostaria que ficassem como pano de fundo deste texto. (I) Antonio Gramsci e sua formulação sobre a concepção socialista do processo revolucionário ser dependente do otimismo da vontade e do pessimismo da razão, em consonância. (II) Felix Guattari e sua urgência em pensar que outra economia é sempre possível, bem como outra filosofia, e que a questão do que é "possível" é justamente a questão mais urgente de qualquer debate. (III) Louis Althusser e sua importante contribuição para o debate sobre ideologia no marxismo. Para o francês, a tarefa da ideologia socialista é garantir que o indivíduo, embora ciente da desimportância de suas ações autônomas, se conscientize da possibilidade de agir de forma transformadora na sociedade. (IV) Por fim, mas igualmente importante, lembremos da formulação de Theodor Adorno ao indagar se seria possível escrever poesia depois de Auschwitz ou se a experiência da barbárie deveria reconfigurar a ideia de civilização, e, portanto, alterar radicalmente a forma de fazer poesia.

Acredito ser importante começar assim, para que possamos olhar, com sinceridade, para o cenário desenhado diante de nós. Ao longo de 2022, em uma série de colunas para *CartaCapital*, busquei dar contorno às limitações que a antiga política de alianças gerida pelo PT em um contexto tão desalentador quanto este que enfrentaremos. Não acredito que nada além do mínimo será possível, pragmaticamente falando, mas acredito que os próximos quatro anos serão decisivos para a história democrática do Brasil. Serão anos em que deveremos lutar pela contínua politização e organização da nossa classe, para que os anos vindouros possam ser de avanço e não de mais retrocesso. O governo de transição tem apontado e descoberto a profundidade do buraco no qual o País foi afundado durante os últimos seis anos de gestão marcadas por políticas de desmonte e destruição do Estado. Estamos falando de pontos como uma dívida de 5 bilhões de reais com os órgãos internacionais, entre eles ONU, OMC e OIT. Contratos absurdos no valor de 172 milhões de reais em

Otimista na ação, defendia o pensador italiano

AFP

> OUTRA REALIDADE É POSSÍVEL E UMA DAS NOSSAS TAREFAS É MOBILIZAR O DESEJO, A CONSCIÊNCIA E O TRABALHO DE CLASSE EM UM SENTIDO, O DA SUA EMANCIPAÇÃO

bebedouros e guindastes para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Um orçamento de 500 mil reais para a prevenção de desastres naturais. O grupo de trabalho de Minas e Energia estima um impacto de 500 bilhões de reais a ser herdado pela chapa Lula-Alckmin, no que diz respeito à energia elétrica. Isso porque ainda não começamos a falar sobre a defasagem das bolsas de pesquisa, o desmonte da ciência, o sucateamento das verbas para educação e a questão mais urgente de todas: a devastação ambiental e o descaso mortal com os povos originários.

Acho que se soma às descobertas do grupo de trabalho o pesadelo que Brasília tem vivido desde a diplomação de Lula e Alckmin como os 39ºs presidente e vice-presidente da República. Um grupo terrorista organizado, com o já conhecido "uniforme verde-amarelo", causou tumulto, medo e instabilidade em setores da cidade ao incendiar veículos e ônibus, espalhar botijões de gás próximo a focos de incêndio e postos de gasolina, tentar invadir a sede da Polícia Federal e se aproximar do hotel no qual Lula estava hospedado. Tudo isso com a inquietante ausência de resposta das forças de segurança do Distrito Federal. Até a data de envio do texto, ninguém foi detido ou responsabilizado pelos ocorridos na capital do País. Diferentemente dos episódios do Capitólio estadunidense, aqui parece que um calhorda pode incitar seu séquito alucinado por quatro anos a deslegitimar eleições, desrespeitar resultados e provocar caos em cidades e rodovias. Tudo acabará em pizza.

Nos caracteres que me restam, tento retomar a ideia central: devemos ser realistas com o cenário pela frente, mas desejar e demandar o impossível faz parte de ser realista. Nosso horizonte não pode ser que a chapa Lula-Alckmin faça com que as coisas voltem ao que eram. Foi exatamente essa "normalidade" que produziu o bolsonarismo. Outra realidade é possível, e uma das nossas tarefas mais urgentes é mobilizar o desejo, a consciência e o trabalho da nossa classe em um sentido, o da sua emancipação. •

Em águas turvas

Em meio à enxurrada de problemas econômicos, Lula terá o desafio de reformar a administração pública e a estrutura tributária

POR ALDO FORNAZIERI*

Lula inicia seu terceiro governo, em janeiro, com uma aluvião de desafios. Relatórios do Tribunal de Contas da União e das equipes técnicas da transição chamam atenção para as áreas devastadas durante o governo Bolsonaro. O TCU indica 29 áreas com graves indícios de fraude, desperdício de recursos, abusos de autoridade, má gestão e a necessidade de mudanças drásticas e urgentes. Alguns problemas são crônicos, mas foram agravados na atual gestão. A quantidade e a complexidade dos desafios requerem foco em duas coisas: a definição de prioridades e a competência técnica e política para enfrentar e solucionar problemas.

O primeiro desafio tem uma dimensão geral: recompor a capacidade de funcionamento de instituições e de políticas deliberadamente destruídas por Bolsonaro e seus operadores. Aquelas que não foram destruídas acabaram aparelhadas para favorecer os interesses políticos do bolsonarismo e de grupos criminosos. Repare o complexo caso da Amazônia. A Funai foi aparelhada e desestruturada para favorecer todo tipo de crime: invasão de terras indígenas, desmatamento, garimpo ilegal, extração ilegal de madeira, consorciação do tráfico de armas e de drogas com todas essas atividades criminosas, transformando a região numa terra sem lei.

Na área da Saúde, a destruição também é assustadora: descontrole e falta de estoques, vacinas e remédios vencidos, falta de verbas para o SUS e para a Farmácia Popular, descalabro e destruição na política nacional de vacinação etc. Na Educação, na Ciência e Tecnologia, na Cultura, no Transporte, na Assistência Social, nas obras públicas, na habitação, enfim, em todas as áreas, o mesmo dano, o mesmo desleixo, a mesma erosão do serviço público e das próprias instituições do Estado.

Aldo Fornazieri
Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e autor de *Liderança e Poder* (Editora ContraCorrente).

Nas áreas de controle, segurança e Defesa, a situação não é menos dramática. Na Receita e na Polícia Rodoviária Federal ocorreram aparelhamentos e desvios de função. A PRF precisará passar por uma profunda reestruturação, com a abertura de processos administrativos e possíveis expurgos. As Forças Armadas, eivadas de privilégios, estão extraviadas na politização e tomadas de indisciplinas. Governo e Congresso precisarão encontrar um caminho para reestruturar as Forças Armadas visando fechar as portas para a politização e a indisciplina e para superar sua intromissão nos assuntos civis, subordinando-as ao comando do poder civil. Já a Polícia Federal, por ter resistido às investidas de Bolsonaro, foi a que mais sofreu os impactos que atingiram sua estrutura-ção, seu funcionamento interno, seu quadro de pessoal e seus recursos.

Juntamente com a restauração da capacidade das instituições do Estado e da reconstrução das políticas públicas, outro grande desafio do governo consiste em garantir a efetivação dos principais compromissos de campanha orientados para as áreas de proteção social, de combate à fome e ao desemprego. Garantir os recursos para o retorno do Bolsa Família durante os quatro anos é o maior dos desafios nessa frente. Durante a campanha, Lula prometeu que daria prioridade ao social, mas com responsabilidade fiscal. Essa equação não poderá ser desfeita, até para não desalinhar a política e a economia, que devem andar em paralelo, com o crescimento da segunda para garantir recursos para o financiamen-

ISTOCKPHOTO E MARINA RAMOS/AG. CÂMARA

Para tocar a sua agenda, Lula precisa de Arthur Lira, que acumulou poder em excesso na gestão Bolsonaro

O PRESIDENTE PROMETEU DAR PRIORIDADE AO SOCIAL, COM RESPONSABILIDADE FISCAL. ESSA EQUAÇÃO NÃO PODERÁ SER DESFEITA

to das políticas estratégicas do governo e o adequado funcionamento do Estado.

Nesse sentido, a área econômica precisará de um freio de arrumação. Será necessário buscar uma nova âncora fiscal em substituição ao teto de gastos, assim como adotar medidas que favoreçam a redução da inflação e dos juros, com o estancamento da elevação dos custos da dívida pública.

O Brasil, por outro lado, encontra-se diante de uma possibilidade extraordinária de reverter as décadas de desindustrialização. Essa oportunidade é proporcionada pelos impactos que a pandemia provocou nas cadeias produtivas globais e nos sistemas de logística, acarretando dificuldades de funcionamento e elevação de custos. Alguns setores privados de produção de manufaturas, mecânicos e eletroeletrônicos já perceberam essa oportunidade, retomando investimentos.

Governo, setor privado, universidades e centros de excelência precisam buscar uma diretriz estratégica convergente de industrialização e desenvolvimento, capturando e impulsionando a oportunidade que as circunstâncias oferecem. Essa diretriz precisa se estruturar a partir de um movimento integrativo de alguns conceitos orientados para o futuro.

O eixo central desse movimento integrativo deve consistir na adoção de tecnologias e modos de produção e de transformação sustentáveis, com baixa emissão de CO_2 e de outros componentes poluentes. Esse eixo deve integrar a inovação na busca de vantagens competitivas, o desenvolvimento e a incorporação de tecnologias digitais e a geração de empregos qualificados com o incremento da produtividade e redução das desigualdades sociais. A melhora do ensino em todos os níveis e um elevado investimento em pesquisa e ciência são pressupostos de um novo processo de industrialização.

Imbricado com os problemas sociais e econômicos está o desafio das reformas. Os governos petistas anteriores foram anêmicos em termos de mudanças estruturais. Na gestão Temer-Bolsonaro, o País teve reformas regressivas. O Brasil não mudará de forma significativa apenas com políticas sociais compensatórias. As duas principais reformas que se fazem necessárias são a tributária e a administrativa.

A reforma tributária não pode ser uma mera, embora necessária, racionalização da cobrança de tributos. O seu cerne deve consistir na sua natureza redistributiva, para que ela possa incidir no combate às desigualdades. Hoje, o sistema tributário é regresso: quem ganha menos paga mais e quem ganha mais paga menos ou quase nada. É um sistema violento de concentração de renda. No aspecto federativo, a reforma deveria orientar-se para um sentido descentralizador, fortalecendo a capacidade dos Estados e municípios.

Investir no complexo industrial da saúde é estratégico para o desenvolvimento nacional

FARMANGUINHOS/AGÊNCIA FIOCRUZ E PEDRO VILELA/GETTY IMAGES/AFP

A reforma administrativa deveria orientar-se por alguns eixos. O primeiro é combater os privilégios inescrupulosos do setor público. O segundo, fechar os gargalos da corrupção sistêmica incrustada na administração pública. Mas é necessário também modernizar a máquina pública, torná-la menos custosa, menos burocrática, mais eficiente, mais transparente, incorporando tecnologias digitais em larga escala para que a cidadania seja mais respeitada em seus direitos.

Na seara política, os desafios não são menores. A frente de partidos que apoiou Lula na campanha elegeu 138 deputados, número insuficiente até mesmo para bar-

SE A ECONOMIA, A RENDA E O EMPREGO CRESCEREM,O BOLSONARISMO TENDE A SE ESVAZIAR. EM UM CENÁRIO DE DIFICULDADES, A OPOSIÇÃO GANHA FORÇA E PODE SE RADICALIZAR

rar um processo de *impeachment*. Mas, aparentemente, Lula não terá dificuldades para agregar uma maioria parlamentar. Com 257 deputados terá maioria simples. Poderá também contar não só com a boa vontade de Rodrigo Pacheco, que buscará a reeleição para a presidência do Senado e cujo partido, o PSD, deverá compor a base lulista, mas também de Arthur Lira, que tem o apoio de um amplo leque de partidos, incluindo o PT, para a sua recondução na presidência da Câmara.

Ocorre que Lira vem agregando enorme poder, transformando o Brasil numa nação com duas cabeças políticas: Lula e Lira. Esta situação estabelece uma relação de dependência do governo em relação ao Congresso. Essa dependência, somada à composição majoritária de uma base parlamentar, implicará custos a pagar: cargos no governo, verbas orçamentárias e negociação de pautas a serem aprovadas no Congresso.

A dependência de um governo (ou líder) a forças auxiliares ou mercenárias sempre provoca a redução do poder desse governo. Redução de alternativas a escolher, de espaço de manobra e de liberdade de decisão.

Se no plano institucional se configura essa situação de dependência em relação às forças do centro conservador, no plano da sociedade terá de se ver qual será o comportamento da oposição bolsonarista. Há quem acredite que o bolsonarismo se esvaziará. Mas a possibilidade de uma oposição radicalizada e de teor golpista não deve ser descartada, conforme indicam as manifestações pós-eleitorais.

O grau de radicalização do bolsonarismo dependerá do grau de êxito ou de dificuldades do governo, particularmente na economia. Um quadro de crescimento da economia, da renda e do emprego provocará uma tendência mais forte de esvaziamento do bolsonarismo. Um quadro de baixo crescimento, desemprego e inflação poderá estimular a radicalização.

Qual o papel dos movimentos sociais e populares diante desse cenário? Ao mesmo tempo que apoiam as pautas progressistas do governo, os movimentos não devem ficar na sua dependência. Devem construir sua autonomia organizativa e de ação, pois somente esta poderá garantir direitos nos momentos agudos de crises. O *impeachment* de Dilma e os retrocessos com Temer e Bolsonaro ensinam essa lição.

Estado de espírito

O Brasil, entre uma memória inquietante e uma antecipação auspiciosa

POR BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS*

Verdadeiramente nunca vivemos no futuro (nem no passado). Por outro lado, o que chamamos presente é apenas o momento de interface entre a memória reconfortante ou inquietante do que fomos e a antecipação, auspiciosa ou sinistra, do que vamos ser. Os finais de ano prestam-se a que esse momento, sempre presente, se manifeste sob a forma de interpelação. Nisso consistem os balanços e os planos. A enigmática dinâmica temporal centrada no que já não vivemos e no que nunca viveremos ocorre tanto no nível individual quanto no nível social. Centro-me no social, mas a análise é válida, com adaptações, em todos os níveis da vida humana.

A memória e a antecipação não são coisas distintas. São modos diferentes de avaliar a condição existencial em razão do medo e da esperança que ela suscita. A memória inquietante e uma antecipação sinistra são o espelho do medo sem esperança, a memória reconfortante e a antecipação auspiciosa são o espelho da esperança sem medo, a memória reconfortante e a antecipação sinistra são o espelho da perda e dos limites impostos por determinações, imposições ou fatalidade, a memória inquietante e a antecipação auspiciosa são o espelho da resistência e das possibilidades, da desestabilização dos limites, das imposições e dos determinismos. No nível individual, este é o tempo em que cada indivíduo, grupo social ou sociedade tenta definir a sua condição existencial. É à luz dela que se afirmam propósitos e se tomam decisões. Nos tempos de globalização fraturada e fraturante em que vivemos, outro nível de avaliação condiciona todos os níveis anteriores. Refiro-me à escala do mundo e do planeta. Qual é a condição existencial do Brasil neste fim de 2022?

Boaventura de Sousa Santos
Diretor emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Eu ousaria pensar que a condição existencial da maioria do povo brasileiro é determinada por uma memória inquietante e uma antecipação auspiciosa, pois consiste num equilíbrio instável entre o medo e a esperança. Os anos pós-Dilma Rousseff foram de desastre social, destruição ambiental, polarização ideológica para além dos limites democráticos, empobrecimento coletivo, perda de soberania, instrumentalização religiosa, terrorismo estatal, policial e midiático, subversão institucional (Justiça e Forças Armadas). O resultado foi o colapso quase total da democracia já de si de baixa intensidade. O medo instalou-se nos corpos, nos mínimos de sobrevivência e na manifestação de opiniões. Chegou a assumir o paroxismo do pânico paralisante, da fuga em vez da resistência.

O alívio chegou perto do fim do ano e sob a forma do resgate *in extremis*. Da atuação dos tribunais superiores à eleição de Lula tudo foi *in extremis*. Que tipo de antecipação pode resultar daqui? Que propósitos? Que decisões? Ouso pensar que, no caso do Brasil, a antecipação é tanto mais auspiciosa quanto é consabidamente frágil. As equipes de transição que preparam o programa do novo governo mostram isso mesmo pela sua enorme heterogeneidade. Alguns dos seus integrantes poderiam estar em qualquer outra transição, e até em transições de sinal contrário. Se alguns maximizam as possibilidades, outros vincam os limites, se uns veem em Lula uma renovada subjetividade política constituinte, mandatada pelos que nele votaram, outros o consideram como uma subjetividade política constituída pelas alianças a que tem de recorrer para poder governar. Dá a impressão de que uma praga de amnésia (ao estilo da cegueira do romance de Saramago) invadiu as reuniões, os acordos, as notícias e as consciências. De repente, o golpe institucional em curso desde 2016, a perseguição política mais grosseira e o *impeachment* mais escandaloso da história política contemporânea nunca existiram. O problema é que, quando está tudo em branco, é tão fácil escrever como apenas sujar.

ACERVO MUSEU BOIJMANS VAN BEUNINGEN/ROTERDÃ

QUATRO MEDIDAS ESSENCIAIS: PUNIR OS GOLPISTAS, REFORMAR A JUSTIÇA, DISTINGUIR OS AMIGOS DE SEMPRE DAQUELES DE OCASIÃO E CONTROLAR O TEMPO POLÍTICO

Em face disto, seria de aconselhar, neste momento decisivo, que o Brasil político aprendesse com os povos indígenas o modo de olhar o futuro. Eles sempre olham o futuro virados para o passado. Se o Brasil assim fizesse, quatro ideias mestras se imporiam para orientar as propostas políticas: punir ou neutralizar os golpistas, reformar profundamente o sistema judiciário, distinguir bem entre os amigos de agora e os amigos de sempre e privilegiar sempre esses últimos, controlar o tempo político.

Punir os golpistas. O País esteve à beira do colapso democrático e a vitória eleitoral de Lula não neutralizou os golpistas, apenas os obrigou a falar mais baixo e a mudar de tática. Com eles à solta não haverá governabilidade possível. É imperativo nomear para procurador-geral da República alguém de inegável prestígio intelectual, muito preparado, com forte e sólida formação humanista, com visão garantista do processo penal e com sólida consciência democrática. Alguém que, quando os golpistas governavam, teve a coragem de criticar a Operação Lava Jato e a subsequente e escandalosa inércia do procurador-geral desses últimos anos. Por outro lado, não se imagina que uma figura tão sinistra e caricata como Olavo de Carvalho, mas muito mais perigosa que ele, se mantenha à frente de qualquer serviço público sem responder pelos danos causados e ilegalidades praticadas. Refiro-me ao general Augusto Heleno.

Reformar o sistema judiciário. Visto da perspectiva da defesa da democracia e da justiça social, o sistema judiciário foi globalmente, nos últimos anos, um protagonista ou um acelerador do desastre. Pesem embora a atuação corajosa *in extremis* de alguns magistrados e o ativismo não menos corajoso das magistradas que levaram a cabo o Fórum Social Mundial Justiça e Democracia, o sistema judiciário, se não for profundamente reformado, será no período que agora se inicia parte do problema do Brasil e não parte da solução. Por agora, há golpismo à solta no interior do sistema.

Privilegiar os amigos de sempre. Os amigos de sempre são os deserdados das elites patrimonialistas que governam o Brasil. Os amigos de agora são, por exemplo, os EUA, que colaboraram ativamente para destruir a economia, a democracia e a soberania do Brasil via Lava Jato e não só, e que agora, por meras razões de política interna, se assumem como sinceros aliados de Lula da Silva.

Controlar o tempo político. O presidente Lula tem credibilidade para nos primeiros meses limpar o Brasil do lixo autoritário que se acumulou. Se esperar muito para o varrer, corre o risco de ser varrido por ele. Neste momento, esquecer o passado é arriscar deixar escapar o futuro. •

O mundo é outro

A diplomacia brasileira, enfraquecida, enfrentará desafios diferentes de 20 anos

POR GILBERTO MARINGONI*

A eleição de Lula altera o panorama político da América Latina e as perspectivas para o futuro imediato. "O clima do País mudou", afirmou o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin. A frase, que guarda forte dose de subjetividade, parece estender-se além-fronteiras. "As pessoas ao redor do mundo estão esperando que você não apenas salve a Amazônia, mas também salve o planeta", escreveu na *New Yorker* o jornalista estadunidense Jon Lee Anderson, ao relatar uma conversa com o ex-presidente, logo após sua vitória. Anderson, autor, entre outros, do alentado *Che, Uma Biografia*, não parece exagerar. Em um cenário carente de lideranças globais de envergadura, à exceção talvez de Xi Jinping, Vladimir Putin e do papa Francisco, Lula destaca-se. É o único entre os quatro que foi eleito de forma livre e direta pela população.

Gilberto Maringoni
Professor de Relações Internacionais da UFABC e coordenador do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb).

Diferentemente do panorama de duas décadas atrás, quando Lula chegou ao Planalto pela primeira vez, o unilateralismo de Washington não reina absoluto diante de uma Rússia devastada pelos anos Yeltsin e uma China que começava a se colocar como ator internacional de envergadura. A guerra ao terror desviara o foco do Departamento de Estado para ações no Oriente Médio, Iraque e Líbia em especial, e Afeganistão. A América Latina, secundarizada pela diplomacia imperial, encontrou aí a oportunidade de criar laços de confiança entre países que elegiam governos marcados por um vago discurso antiliberal e colocavam agendas sociais no centro de suas ações, formando o que, imprecisamente, se denominou onda rosa. O reiterado êxito eleitoral das administrações do PT, dos Kirchner, de Hugo Chávez, de Evo Morales, de Rafael Correa e da Frente Ampla uruguaia deu-se a partir de políticas públicas tornadas possíveis pela alta dos preços das *commodities* entre 2004 e 2014, o que favoreceu o balanço de pagamentos de ca-

SAUL LOEB/AFP

O BRASIL ESTÁ APRISIONADO À CONDIÇÃO DE IMPORTADOR DE MANUFATURADOS, O QUE REDUZ OS HORIZONTES DA POLÍTICA EXTERNA

da um, até a emergência da crise de 2008.

Tais administrações enfrentaram um paradoxo. Alegaram buscar distância das diretrizes econômicas mercadistas, esboçaram maior ativismo estatal, reafirmaram as soberanias nacionais, mas não lograram alterar estruturalmente o panorama econômico e social de seus países. Aplicaram programas pontuais de socorro à pobreza, sem projetos estruturantes de um novo modelo de desenvolvimento.

A política externa dos dois primeiros governos Lula caracterizou-se por sua postura desenvolvimentista e multilateralista. O País teve uma aproximação intensa com a África, a Ásia e os países árabes, consolidando a universalização da política externa brasileira.

Há duas décadas, os principais parceiros comerciais do Brasil eram, pela ordem, Estados Unidos, Argentina e China. Os termos da equação praticamente se inverteram e a sequência agora compreende a primazia da China, seguida de Estados Unidos e Argentina. Embora sigamos com crescentes superávits na balança comercial, há uma preponderância absoluta de *commodities* agrícolas e minerais na pauta das exportações. A situação indica perda de competitividade e consolida uma tendência reprimarizante, o que fortalece o caráter periférico da economia nacional. A isso se soma a aprovação do teto de gastos, em 2016, que condena o País a um ajuste fiscal permanente, impossibilitando qualquer política desenvolvimentista consistente. O Brasil fica aprisionado à condição de importador de manufaturados, o que reduz os horizontes da política externa.

A China de Jinping e os EUA de Biden reeditam a Guerra Fria, mas a primeira está em melhores condições do que a antiga União Soviética

O País exerceu, nos anos Lula, um papel de crescente influência global, buscando ter voz nos organismos multilaterais e colocando-se como articulador na conformação do G-20 e do BRICS. Sem liderar propriamente uma tendência alternativa, buscou, no entanto, ocupar os limites do sistema internacional como um articulador continental decisivo e presença qualificada entre os países do Sul global. Apesar de ter mantido a histórica bandeira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, para o qual as chances de êxito são reduzidas, soube adaptar essa demanda para uma justa reivindicação pela democratização das instâncias de poder mundial.

A situação atual é qualitativamente distinta. O mundo é pautado por um enfrentamento entre EUA e China, que começou como guerra comercial no governo Trump e avança para o de disputa geopolítica de envergadura. No documento oficial *Estratégia de Segurança Nacional*, divulgado no início de outubro, a Casa Branca demonstra que Moscou e Pequim estão cada vez mais alinhados entre si, apesar de terem desafios distintos. Enquanto a Rússia "desrespeita de forma imprudente as leis básicas da ordem internacional", a China "é (nossa) única concorrente que tem a intenção de remodelar a ordem internacional, incrementando (seu) poder econômico, diplo-

mático, militar e tecnológico para alcançar tal objetivo". Ou seja, de concorrente no mercado o país asiático passa à condição de inimigo estratégico, numa reedição torta dos termos da Guerra Fria. Ambos os lados pressionam os países da periferia a alinhamentos nítidos. Nesse quadro delicado, o Brasil precisará exercer a um só tempo neutralidade e protagonismo diante do novo conflito Leste-Oeste.

Desde o golpe parlamentar de 2016, os governos que sucederam àquele de Dilma Rousseff utilizaram de forma limitada a política externa como instrumento estratégico para o desenvolvimento interno. O que se viu, especialmente a partir de Bolsonaro, foi a subordinação da diplomacia a acenos ideológicos à extrema-direita global. O Brasil dos últimos seis anos retraiu sua capacidade de intervenção, abdicou de participar de organizações como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), retraiu sua presença no BRICS e no Mercosul e criou arestas em organismos da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Comissão de Direitos Humanos. A expressão síntese dessas iniciativas foi proferida pelo ex-chanceler Ernesto Araújo, em 2020, ao se vangloriar de o País ter se isolado a ponto de ocupar a posição de pária global.

NA DISPUTA ENTRE EUA E CHINA, O BRASIL PRECISARÁ EXERCER A UM SÓ TEMPO NEUTRALIDADE E PROTAGONISMO

Quais as perspectivas para os próximos quatro anos? Os sinais regionais são dados por vitórias importantes da centro-esquerda na América Latina, seguidas por turbulências preocupantes nas economias locais. Em 2018, Andrés Manuel López Obrador chega à Presidência do México, seguido pelo retorno do peronismo à Casa Rosada, com Alberto Fernández. O país enfrenta agora uma grave crise financeira, com alta inflacionária e desaceleração econômica. As eleições presidenciais bolivianas, em outubro de 2020, na prática, reverteram o golpe de Estado de 2019, com o êxito de Luis Arce. A essas mudanças podemos agregar a eleição de Pedro Castillo no Peru, em junho de 2021. O futuro de sua gestão é para lá de incerto. Castillo não tem maioria parlamentar e seu partido, Peru Livre, rompeu há meses com a administração federal, gerando uma interminável sucessão de crises.

Boric e Petro, novos protagonistas do campo progressista na América do Sul

As grandes mobilizações de 2019 e 2020 no Chile resultaram na convocação e na eleição de uma Assembleia Constituinte e na vitória de Gabriel Boric, em 2021. Dificuldades na gestão política e ofensiva conservadora levaram o governo à derrota estratégica no plebiscito da nova Constituição, em setembro último. Na Colômbia, quase três meses de maciços protestos, no primeiro semestre de 2021, foram decisivos para a surpreendente vitória de Gustavo Petro e Francia Márquez, em junho de 2022.

O continente foi duramente atingido por mais de dois anos de pandemia. Segundo levantamento da agência Reuters, no fim de 2021, mais de 1,5 milhão de latino-americanos haviam perdido a vida em decorrência da doença e quase 50 milhões tinham sido infectados. No mundo todo, os óbitos alcançaram 5,35 milhões. Com 11,7% da população planetária, a região exibia quase 30% das mortes. No início de julho último, o total de óbitos passava de 1,7 milhão. Diante desse panorama, a vitória da coalizão liderada pelo PT torna-se fator de equilíbrio nas instabilidades vividas pela vizinhança.

A política externa do novo mandato de Lula será definida pelo filtro da grande

frente que o levou à Presidência. A retomada de uma atualizada política externa altiva e ativa, para citar o termo cunhado pelo ex-chanceler Celso Amorim, reside fundamentalmente na adoção de diretrizes pautadas no quarteto soberania-desenvolvimento-democracia-meio ambiente. Aqui não há invenção: tais pontos estão fixados na Constituição de 1988. Em seu artigo 4º, a Carta define que as nossas relações internacionais são regidas, entre outros, pelos seguintes princípios: defesa da paz, dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não intervenção, da solução pacífica dos conflitos, do repúdio ao terrorismo e ao racismo e da integração da América Latina. O grande tema pautado pelo bolsonarismo, a entrada na OCDE, possivelmente será colocado na geladeira, dadas as exigências econômicas e fiscais do acordo.

Embora nem sempre a correspondência entre desenvolvimento interno e relações internacionais seja automática, é preciso levar em conta as condicionantes domésticas diante de um mundo em que o mercado de energia pode estar sofrendo uma mudança estrutural, a partir da guerra da Ucrânia, com decorrências inflacionárias vindas de fora e retração econômica nos países centrais a partir do ano que vem.

Por causa do Brasil, a América Latina tornou-se o epicentro da Covid-19. Ernesto Araújo cumpriu a promessa de nos deixar na posição de párias

SILVIO AVILA/HCPA, MRE/ARQUIVO E PRESIDÊNCIA DA COLÔMBIA

A recondução do Brasil a uma posição de destaque na cena mundial deverá envolver, entre outras, as seguintes iniciativas:

1. A construção de uma pauta convergente para questões do clima e do meio ambiente entre os países da América do Sul. A Amazônia possui a floresta tropical mais extensa do mundo e atravessa nove países (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela). O território brasileiro abrange sua maior parte (61,8% do bioma), mas é, proporcionalmente, o que tem menor território protegido: apenas 42,2%, divididos em espaços indígenas e áreas naturais protegidas.

2. A integração das políticas de saúde pública na região, que concentrou, proporcionalmente, os mais altos índices de infecção e morte ao longo da pandemia de Covid-19.

3. O fortalecimento do Mercosul e da Celac e a reconstrução da Unasul como instâncias políticas, econômicas e especificamente comerciais.

4. Reatamento e reconstrução das relações diplomáticas com a Venezuela e reintegração do país aos organismos regionais. Não é possível que o Brasil siga na situação de virtual rompimento institucional com um vizinho que possui 2,2 mil quilômetros de fronteira.

5. A reconstrução do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como ferramenta para a internacionalização das empresas brasileiras e retomada da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

O Brasil concentra quase 40% do PIB e cerca de 25% da população da América Latina e tem a chance de superar uma triste e destrutiva quadra de sua história, vivida nos últimos seis anos. Não à toa, a expectativa externa com a eleição de Lula rivaliza com as esperanças domésticas. •

Fênix nordestina

A eleição de Lula abre uma janela de oportunidades para o Nordeste, tão castigado ao longo do século XX pela interrupção de seus projetos de desenvolvimento

POR SERGIO MACHADO REZENDE*

O Nordeste tem sido, historicamente, a região com maiores dificuldades econômicas e sociais. Em meados do século XX, enquanto o Sudeste recebia vultosos investimentos públicos e privados para industrialização e modernização de suas estruturas econômicas, capitaneados pelo governo federal, os nordestinos viviam na estagnação e sem perspectivas. No Sertão, cuja economia se restringia à agropecuária, muito limitada pelo clima semiárido, as secas frequentes tornavam a vida ainda mais precária e provocavam o êxodo de parte da população. Na Zona da Mata canavieira, base da economia do Brasil nos séculos XVII e XVIII, os trabalhadores e suas famílias eram expulsos dos engenhos e levados às periferias das cidades próximas. Tornaram-se "boias-frias", que trabalhavam nos engenhos seis meses por ano, ficando desempregados nos outros seis. Esse quadro de dificuldades e desesperança produziu durante décadas uma enorme migração para o Sudeste, e os nordestinos se tornaram importante mão de obra barata para a construção civil e outros setores da economia.

Sergio Machado Rezende
Professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco, é um dos Coordenadores do Comitê Científico do Consórcio Nordeste e foi ministro da Ciência e Tecnologia de 2005 a 2010, no governo do presidente Lula.

A atenção do governo federal para o Nordeste começou a mudar durante o mandato de Juscelino Kubitschek. Em 1958, o presidente criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que, capitaneado pelo economista paraibano Celso Furtado, produziu um minucioso relatório intitulado "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste". O documento apresentava um diagnóstico detalhado sobre as raízes da tragédia nordestina e mostrava a necessidade de mudar os complexos socioeconômicos. Estes tinham sido herdados e mantidos por velhas oligarquias, incapazes de liderar um movimento de industrialização, como ocorria no Sudeste, com o firme apoio do governo federal e com a participação de capitais privados nordestinos que para lá migravam.

O relatório propunha ainda um plano de mudanças, a ser implementado por uma nova autarquia, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Criada em 1959, a Sudene recebeu recursos federais consideráveis do governo Kubitschek para executar um plano de médio prazo, com projetos para estimular o crescimento econômico da região. Dentre eles, tinham destaque projetos de irrigação adequados à realidade local, capacitação de profissionais para atividades agropecuárias e industriais e formação de quadros técnicos.

Celso Furtado assumiu a superintendência da Sudene e implantou uma gestão inovadora para os padrões do serviço público na época, que valorizava o planejamento, o recrutamento de quadros técnicos de alto nível e a abordagem multidisciplinar dos problemas. As decisões sobre aprovação de projetos eram tomadas pelo Conselho Deliberativo, formado pelos governadores dos estados e representantes de entidades federais, com base nos pareceres das equipes técnicas. Os primeiros resultados logo apareceram, com muitos casos de inovação na agropecuária e a implantação de novas indústrias, gerando um ambiente de animação no meio empresarial e na população local. Com o golpe de 1964, Furtado foi incluído, porém, na primeira lista de cassados, perdendo seus direitos políticos por dez anos.

Durante o regime militar, a atuação da

ARQUIVO NACIONAL E SUDENE/ARQUIVO

Nos anos 1960, Furtado focou em projetos de irrigação adequados à realidade local e na capacitação de profissionais para atividades industriais e agropecuárias

Sudene transformou-se gradualmente, com o sistema de incentivos fiscais passando a ser o instrumento de apoio mais importante, e com parte de seus recursos orçamentários destinados às outras regiões. Ela perdeu seus quadros técnicos mais expressivos, que não aceitavam o sistema autoritário de gestão e se transferiam para as universidades, revigoradas pela reforma universitária de 1968. A Sudene também passou a sofrer pressões políticas para a aprovação de projetos e logo surgem denúncias de favorecimento

COM CELSO FURTADO NA CHEFIA DA SUDENE, JUSCELINO KUBITSCHEK INVESTIU PESADO NA REGIÃO, MAS O SONHO RUIU COM O GOLPE DE 1964

GOVMA E ARQUIVO/AGÊNCIA PT

de grupos, comprometendo ainda mais a sua atuação. Nesse quadro de fragilização, a Sudene inaugura, em 1974, sua nova sede na Cidade Universitária, no Recife, num grande e opulento prédio, com o qual a ditadura pretendia camuflar as dificuldades da instituição.

Na década de 1980, a crise econômica enfrentada pelo Brasil, com o aumento da dívida externa e a hiperinflação, atinge de cheio o Nordeste, debilitando ainda mais a Sudene. Nos anos 1990, ela teve grande parte de seus servidores colocados em disponibilidade no governo Collor. Atingida por denúncias de corrupção, acabou extinta em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso. As fortes reações no meio político e empresarial levaram o governo a criar a Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a Adene. Já na gestão Lula, em 2007, a Sudene foi recriada, numa tentativa de recuperar a instituição pensada por Furtado, mas ela nunca voltou a ter instrumentos e quadros técnicos necessários para aflorar.

Mesmo sem conseguir retomar o papel da Sudene, os governos Lula e Dilma Rousseff promoveram numerosos programas federais voltados para o atendimento à saúde, educação, ciência e tecnologia, assistência social, habitação popular, expansão e melhora da infraestrutura, dentre outros. O resultado foi a recuperação dos indicadores econômicos e sociais do Nordeste, tais como a redução do desemprego, aumento do rendimento médio e do consumo das famílias, aumento das atividades industriais e de serviços, aumento da escolaridade e dos formandos em cursos superiores e diminuição da mortalidade infantil, entre outros.

Como observa a professora Tânia Bacelar, que fez parte da equipe técnica da Sudene, "a realidade regional se transformou, sendo o Nordeste atual muito distinto daquele que foi pensado por Furtado. Ao mesmo tempo que avançou na indústria e nos serviços, o Nordeste viu seus dois velhos complexos, o da Zona da Mata e o do Sertão, perderem força, e novas atividades agropecuárias se desenvolverem. A emigração em massa de nordestinos para outras regiões arrefeceu e a migração interna e ajudou a fortalecer uma rede de cidades médias que não existia antes. Até a seca prolongada dos anos recentes não gerou o drama social agônico, posto que a chegada da Previdência ao meio rural e as políticas sociais deram o lastro da resistência tão sonhada por Furtado, que queria obtê-la por outros caminhos".

Infelizmente, o cenário mudou muito nos últimos anos. Desde que assumiu o governo, Jair Bolsonaro, que tinha sido derrotado no Nordeste nas eleições de 2018, passou a hostilizar os governadores da região, quase todos filiados a partidos de oposição ao seu governo. Percebendo as dificuldades com a União, os governadores dos nove estados decidiram criar o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, ou simplesmente Consórcio Nordeste. Trata-se de uma iniciativa para ampliar a articulação entre os estados, atrair investimentos e alavancar projetos de forma integrada, visando promover o desenvolvimento sustentável e solidário.

BOLSONARO VIROU AS COSTAS PARA OS NORDESTINOS, QUE DERAM EXEMPLO AO PAÍS NA GESTÃO DA PANDEMIA

Em março de 2020, foram identificados os primeiros casos de Covid-19 no Brasil. A reação imediata do presidente da República foi a negação da gravidade da doença. Ele dizia que, em pessoas saudáveis, o Coronavírus causaria, no máximo, uma "gripezinha". Aconselhou a população a continuar a vida normal para não prejudicar a economia. Foi então que o Consórcio Nordeste decidiu criar o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus (C4), com cientistas indicados pelos governos estaduais. O C4 formou nove subcomitês, integrados por cientistas

Mesmo sem recuperar o prestígio da Sudene, Lula investiu pesadamente na região. O Nordeste teve a menor média de mortes por 100 mil habitantes do Brasil

voluntários dos vários estados, especializados nos temas relacionados à doença, como Epidemiologia, Virologia, Vacinas e Modelagem Matemática.

Logo o C4 passou a emitir boletins com recomendações de ações para conter o espalhamento do novo Coronavírus, informações para as equipes de saúde, análises de cenários e riscos etc., com base no melhor conhecimento científico existente. Passados dois anos e meio do início da epidemia de Covid, após quatro ondas do surto da doença, o Comitê emitiu 25 boletins com análises da situação em cada estado e com recomendações para os governantes. Dentre as recomendações se destacaram medidas restritivas de distanciamento social, *lockdown* nas capitais e restrição de tráfego nas rodovias, visando deter a proliferação do vírus, a rejeição da cloroquina no tratamento da doença, devido à ausência de evidências de sua eficácia, a criação de brigadas emergenciais de saúde, o aumento da proteção das equipes de saúde, a ampliação da testagem, o aprimoramento dos protocolos ambulatoriais e medidas para acelerar a vacinação dos nordestinos.

As recomendações do C4 foram acatadas pelos governos do Nordeste, que tomaram medidas efetivas para sua implementação. Resultado: apesar de a região ser uma das mais pobres do País, com enormes desigualdades sociais, ela teve o melhor desempenho no enfrentamento da crise sanitária. Após 30 meses do início da pandemia, quando o número de mortes pela Covid no País chega a quase 700 mil, com média de 330 por 100 mil habitantes, uma das mais altas do mundo, as mortes no Nordeste totalizam 133 mil, com média de 237/100 mil habitantes, a menor de todas as regiões. O Maranhão, estado com enormes dificuldades socioeconômicas, tem a menor taxa do País, 155/100 mil habitantes.

O sucesso da ação conjunta dos estados e do trabalho do C4 no combate à pandemia motivou o Consórcio a instituir Câmaras Temáticas, visando sistematizar ações conjuntas em áreas estratégicas. Cada Câmara é integrada pelos secretários estaduais da área, presidida por um governador e assessorada por um Comitê Científico formado por voluntários especialistas na área. Em 2021, foram criadas Câmaras Temáticas de Saúde, Agricultura Familiar, Assistência Social, Meio Ambiente, Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Energias, Turismo e Gestão Pública, dentre outras.

A eleição do presidente Lula abre uma janela de oportunidades para o Nordeste. Vários desafios que deverão ser enfrentados no futuro próximo exigem uma estreita articulação da região com o governo federal, o que não ocorreu nos últimos anos. Para vencer os desafios a região conta com o Consórcio Nordeste, mas o governo precisará redefinir a institucionalidade e os instrumentos dos órgãos federais que atuam na região, como Sudene, Codevasf e BNB. Em conjunto, eles deverão construir um leque de políticas públicas baseadas nas experiências exitosas dos anos iniciais deste século, visando vencer as dificuldades, valorizar as potencialidades e promover o pleno desenvolvimento econômico e social da região. •

Solta a voz

Uma trilha sonora para novos tempos

POR ALBERTO VILLAS*

Depois de um apagão cultural que durou 48 meses, *CartaCapital* vira o disco e conta nove histórias de nove músicas que precisam ser ouvidas logo no alvorecer do novo ano, de uma nova vida. Descubra, uma a uma.

A primeira coisa que precisamos fazer é arranjar uma viração para o Nestor, que está vivendo em grande dificuldade. Nestor foi dispensado de uma fábrica de automóveis no ABC paulista há dois anos, e desde então nunca mais encontrou um trabalho fixo, juntando-se aos 10 milhões de desempregados deste país.

Ele vive numa casa simples, própria, comprada nos anos 1970 com o suor do seu rosto, trabalho de todos os dias de 7 da manhã, quando batia ponto, até o pôr do sol, quando tomava banho na fábrica para eliminar um pouco da graxa e da fuligem do corpo e chegar em casa já razoavelmente perfumado.

Nestor tem vivido da ajuda da família, alguns membros caridosos que ainda têm trabalho. Seu primo de primeiro grau leva toda semana os alimentos básicos de uma cesta, nada de excesso. Esta semana, um pequeno mimo, um pacotinho de uvas pretas sem caroço, sua paixão.

Antonico, seu amigo mais próximo, personagem de Ismael Silva, também tem ajudado o Nestor. Já fez dois depósitos no Pix, cada um no valor de 50 reais!

Desde que a pandemia apertou, quando o comércio fechou e a Covid-19 começou a matar centenas de brasileiros todos os dias, aquele brasileiro nunca mais comprou uma peça de roupa. Nada. Na verdade, a única compra que fez pelo *e-commerce* foi um par de Havaianas, já que a sua quebrou a tira, perda total.

Passava o dia em casa, ainda bem que recebendo uma ajuda da firma no fim do mês – que não era muita – vestido com moletons. Tinha três, um azul-marinho, um preto e um abóbora, presente do filho moderno que, no fundo, no fundo, ele detestava, usava pouco. Se sentia um funcionário da CET ou da Gol, brincava.

Alberto Villas
Jornalista e escritor. Autor de *Admirável Mundo Velho*, *Carmo e Mil Tons*, *o Meu Millôr*, entre outros livros.

Agora, aquele brasileiro se prepara para pegar um ônibus, percorrer quase mil quilômetros para assistir à posse do presidente que elegeu. Querendo mudar a sua conduta, ele pergunta pra mulher: com que roupa, com que roupa eu vou?

Com a grana curta, ele prometeu à esposa que, no ano que vem, vai mudar a sua conduta, vai pra luta porque quer se aprumar.

Quando começou o segundo ano da pandemia, Joca foi obrigado a desocupar o imóvel onde vivia com a mulher e três filhos. Não teve jeito. Topou reduzir o salário pela metade, pois o restaurante em que trabalhava como garçom fechou as portas para a clientela e passou a servir quentinhas somente por *delivery*.

Quatro funcionários foram despedidos e todos viram as lágrimas nos olhos do dono do bar e lanches. Ele ficou. Seu único consolo ainda era uma velha canção de um compositor baiano de Irará.

Na vida, quem perde o telhado, em troca recebe as estrelas, pra rimar até se afogar. E de soluço em soluço esperar o sol que sobe na cama e acende o lençol.

Sem dinheiro para o aluguel, foi morar com o irmão, mas a casinha era tão pequena que a hospedagem não durou dois meses. Foi viver na rua e à noite acomodava-se na grande marquise de uma loja de baterias na Lapa. Ali, fazia o jantar num fogareiro emprestado do irmão, alimentava todos da família e ficava até o dia amanhecer.

Dia 1º de janeiro ele volta a trabalhar em tempo integral, registro na carteira, salário no fim do mês. Acertou com o proprietário da casa onde morava. Vai voltar pra lá.

O biscateiro Cademar vive de bico. Um conserto de telhado aqui, uma cerca ali, um desentupimento de pia acolá, um vazamento no teto, ele vai levando.

Sambista desde a juventude, já compôs uma centena de sambas, nenhum gravado. Fã de carteirinha do compositor Geraldo Pereira, jurou para a esposa que no dia 1º de janeiro estará no Planalto Central para cantar para o presidente eleito um sucesso de 1951 do seu compositor predileto, uma canção chamada *Ministério da Economia*:

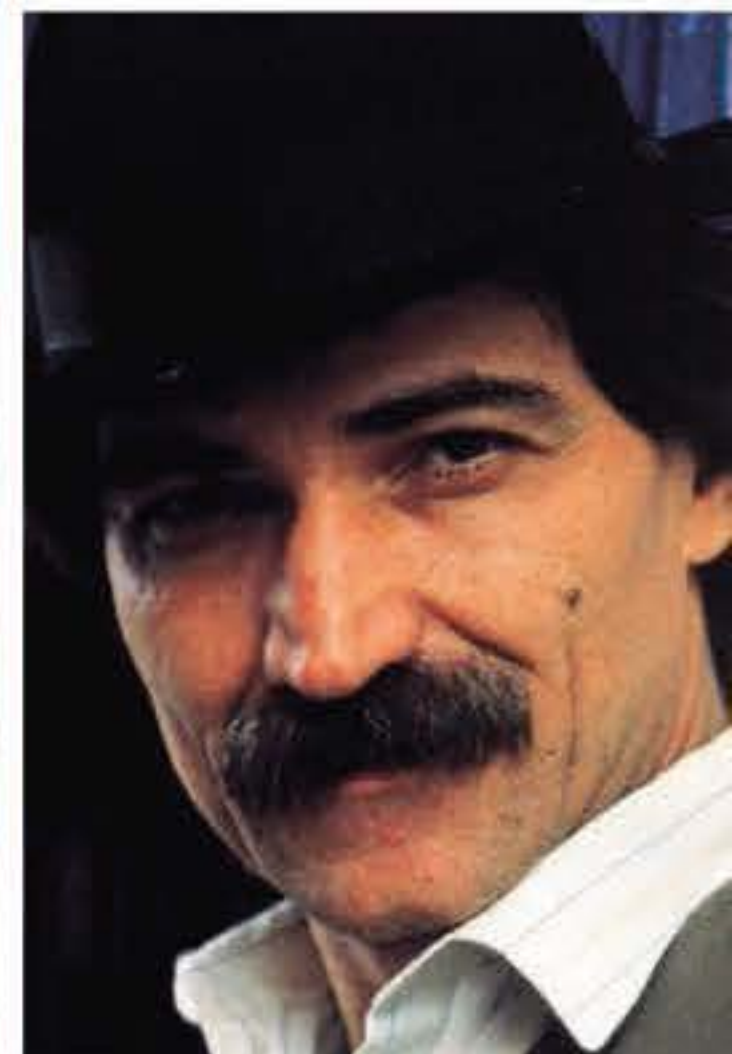
Seu Presidente,
Sua Excelência mostrou que é de fato
Agora tudo vai ficar barato

ARQUIVO NACIONAL E ANDRÉ CONTI

Ismael Silva, Noel Rosa, Tom Zé e Geraldo Pereira: cronistas do perrengue de ser brasileiro

"SEU PRESIDENTE GRAÇAS A DEUS NÃO VOU COMER MAIS GATO CARNE DE VACA NO AÇOUGUE É MATO COM MEU AMOR EU JÁ POSSO VIVER"

Agora o pobre já pode comer
Seu Presidente,
Pois era isso que o povo queria
O Ministério da Economia
Parece que vai resolver
Seu Presidente
Graças a Deus não vou comer mais gato
Carne de vaca no açougue é mato
Com meu amor eu já posso viver
Eu vou buscar
A minha nega pra morar comigo
Porque já vi que não há mais perigo
Ela de fome já não vai morrer
A vida estava tão difícil
Que eu mandei a minha nega bacana
Meter os peitos na cozinha da madame
Em Copacabana
Agora vou buscar a nega
Porque gosto dela pra cachorro
Os gatos é que vão dar gargalhada
De alegria lá no morro

Negro, 60 anos, Nego Teo já viveu todo tipo de preconceito e ameaças na comunidade onde mora. Quando a

polícia chegava, costumava recolher todos os seis filhos num único cômodo da casa, para escapar das balas perdidas.

Quatro escaparam.

Aos 18 anos, aprendeu algumas palavras em francês com uma professora que foi morar no morro, recolher dados para o TCC na Université de Marseille. Ele ensinava português a ela e ela francês a ele.

Hoje só guarda algumas poucas palavras, as básicas como *merci, comment allez vous, comment tu t'apelle*. Seu francês renasceu alguns anos atrás, quando ouviu pela primeira vez Gilberto Gil cantando na língua daquela professora.

Deu um jeito de arrumar um *Petit Robert* para fazer a tradução e ficou encantado.

Nos últimos quatro anos, foram dezenas de mortos onde mora. Quase todos pretos e a desculpa da polícia foi sempre a mesma: confronto e eles atiraram primeiro.

Tem esperança, sim, que em 2023, como em 24, 25 e 26, a vida vai melhorar para os pretos. Por isso, voltou a recitar os versos do compositor baiano porque a esperança não morreu:

Touche pas à mon pote!

Ele sabe que a força que faz Jean-Paul Sartre pensar é a mesma que faz jogar Yanick Noah. Que faz Charles Aznavour cantar, que faz Jean-Luc Godard filmar e que faz Brigitte Bardot encantar.

Os versos dos cantadores Zé Limeira, Orlando Tejo e Otacílio Batista, escritos há mais de cem anos, provocaram muita briga. Reescritos por Belchior em 1976, voltaram à tona no ano passado na voz do *rapper* Emicida e promete ser o *hit* de 2023:

Eu já cantei no Recife/ Dentro do Pronto-Socorro/ Ganhei duzentos mil réis/ Comprei duzentos cachorro/ Morri no ano passado/ Mais esse ano eu não morro.

Não se sabe ao certo se os versos são mesmo apenas de Zé Limeira. A família dele jura que os versos são dele, um repentista e cantador analfabeto que nunca teve uma carteira de identidade.

Foram quase 700 mil mortos até novembro passado. Muitos sobreviveram, apesar dos pesares. No ano passado Leonor passou fome e frio. Aperto e desassossego. Passou noites em claro pensando nos boletos atrasados.

Viu o presidente dar Reuquinol pra ema, dizer que mão era coveiro e que ia matar a petralhada. Ela jurou de pés juntos que ia trabalhar duro para tirar essa praga do poder. Montou um pequeno altar em casa, com santos que iam de Santo Antônio, Santa Edwiges, São Longuinho, São Tomé, São Benedito e um boneco do papa João Paulo II dando tchau graças à energia solar.

Tem fé quando pede pra Alexia tocar Emicida e ela dispara:

Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro!

E completa:

Em 22 eu morri, mas em 23 eu não morro!

O velho roqueiro entrou e saiu de todas. Cantou o samba de uma nota só ao ver o barquinho ir e a tardinha cair. Colocou brilhantina no cabelo e requebrou ao som de Bill Haley e Seus Cometas cantando *Rock Around the Clock* e cantava como ninguém, *It's Now or Never*. Mergulhou de cabeça na Tropicália. Brasileiro, confessou sua culpa, seu pecado, seu sonho desesperado, seu bem guardado segredo. Jura que aqui é o fim do mundo, o terceiro mundo. Pediu a bênção e foi dormir entre cascatas, palmeiras,

> **"TU VENS, TU VENS EU JÁ ESCUTO OS TEUS SINAIS TU VENS, TU VENS EU JÁ ESCUTO OS TEUS SINAIS"**

RENATO LUIZ FERREIRA, HALLIT, JÚLIA RODRIGUES E REDES SOCIAIS

araçás e bananeiras, ao canto da juriti.

Depois veio o *punk rock* e ele deu nome aos bois, ao lado dos Titãs, outrora Titãs do Iê-Iê-Iê, recitando a lista da repressão e da canalhice: Garrastazu, Stalin, Erasmo Dias, Franco, Lindomar Castilho... E tinha muito mais: Afanásio, Dulcídio Wanderley Boschilia, Augusto Pinochet, Gil Gomes, Reverendo Moon, Jim Jones, General Custer, Flávio Cavalcanti, Adolf Hitler!

Como adora mudar as letras das canções, no ano que vem promete cantar: Jair, Onyx, Heleno, Carla Zambelli, Eduardo Pazuello, Ricardo Salles, Eduardo, Carlos, Bia Kicis...

Brasilino mora em Brasília desde 1958. Viu a pedra fundamental ser colocada por JK e gosta de contar casos de quando a cidade era só terra vermelha, candangos e tratores amarelos rasgando o Cerrado, obras subindo, palácios surgindo do nada.

Viu Brasília crescer, ganhar sinais de trânsito que nunca estiveram nos planos originais. Viu passar governos de Jânio, de Jango, viu a ditadura, viu Collor de Melo, Itamar, FHC, Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro. Acompanhou e sofreu muito com aquela novela do sítio em Atibaia, todo dia um capítulo novo no *Jornal Nacional*. Deixou de comprar a *Veja*, tinha certeza de que o tríplex do Guarujá não era do Lula. Seguiu todos os passos da vigília em Curitiba e, a mais de mil quilômetros de distância, gritava ao escurecer pela janela do seu apartamento na SQS 405: Boa noite, presidente Lula!

Hoje uma música grudou no seu cérebro que nem chiclete e ele canta todos os dias no banheiro do novo apartamento, na SQS 406, em frente ao que morava:

A voz do anjo sussurrou no meu ouvido
Eu não duvido já escuto os teus sinais
Que tu virias numa manhã de domingo
Eu te anuncio nos sinos das catedrais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais
Tu vens, tu vens
Eu já escuto os teus sinais

O Álvaro resolveu deixar de lado aquelas canções visadas pelos militares. Só de Chico, cinco: *Apesar de Você*, *O Que Será*, *Cálice*, *Meus Caros Amigos* e *Acorda Amor*. De Vandré, *Caminhando e Cantando*, de Sérgio Sampaio, *Eu Quero É Botar Meu Bloco na Rua* e, de Caetano, *É Proibido Proibir*.

Quer começar o ano vestido de branco, com três palmas nas mãos, também brancas, para jogar no mar. Começar 23 com uma nota de 1 dólar bem dobrada na carteira, sete sementes de uva, acordar com o pé direito ao som de *Que Tal um Samba?*, do Chico:

Um samba

Gil, Emicida, Valença, Belchior e Os Titãs: ano passado eu morri, esse ano eu não morro. E quem escuta os sinais?

Que tal um samba?
Puxar um samba, que tal?
Para espantar o tempo feio
Para remediar o estrago
Que tal um trago?
Um desafogo, um devaneio
Um samba pra alegrar o dia, pra zerar o jogo
Coração pegando fogo e cabeça fria
Um samba com categoria, com calma
Cair no mar, lavar a alma
Tomar um banho de sal grosso, que tal?
Sair do fundo do poço
Andar de boa
Ver um batuque lá no Cais do Valongo
Dançar o jongo lá na Pedra do Sal
Entrar na roda da Gamboa

MÚSICAS CITADAS:

Antonico (Ismael Silva)
Com Que Roupa? (Noel Rosa)
Solidão (Tom Zé)
Ministério da Economia (Geraldo Pereira)
Touche Pas à Mon Pote (Gilberto Gil)
Sujeito de Sorte (Belchior)
Nome aos Bois (Titãs)
Anunciação (Alceu Valença)
Que Tal um Samba? (Chico Buarque)

A serviço de quem?

A economia deve servir ao povo pela retomada dos investimentos públicos, e não se valer do povo para favorecer os rentistas, avalia Darc Costa

A MAURÍCIO THUSWOHL

Especialista em Planejamento e Infraestrutura e autor de diversos livros, entre eles o clássico *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*, o engenheiro e economista Darc Costa fala, nesta entrevista a *CartaCapital*, sobre suas expectativas em relação ao futuro governo. Ele aponta as tarefas que considera fundamentais para que o Brasil volte a ter um projeto estratégico de desenvolvimento nacional, após os quatro anos de abandono promovido pelo governo de Jair Bolsonaro.

Costa avalia que a meta primordial de um novo projeto deve ser reorganizar o modelo de gestão da economia de forma que este "sirva ao povo pela retomada dos investimentos públicos", e não "se valer do povo para promover a acumulação financeira dos rentistas". O especialista prega que a reestruturação da economia, por meio do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, aliada a uma infraestrutura dotada de manufatura avançada e agricultura científica e de precisão, é condição *sine qua non* para recolocar o Brasil entre os protagonistas mundiais.

CartaCapital: O governo Bolsonaro desmontou diversos setores sensíveis da administração pública. Quais são as tarefas fundamentais para que o próximo governo recoloque o País de novo nos trilhos?

Darc Costa: A primeira tarefa será reorganizar o modelo de gestão da economia de forma a que sirva ao povo pela retomada dos investimentos públicos. E não, como vem acontecendo nos últimos 30 anos, que se sirva do povo para promover a acumulação financeira dos rentistas. Depois, transformar a educação, inaugurando um novo processo educacional que proporcione uma formação capacitadora e analítica. E implantar no País um modelo que equalize a qualidade do ensino em todo o território nacional e traga para todos os estados e municípios um padrão único de investimento. Por fim, retomar o desenvolvimento e a industrialização a partir de quatro setores-chave: agroindústria, energias renováveis, complexos farmacêutico, biotecnológico e de saúde, e complexo de Defesa.

"O Brasil não precisa se alinhar nem aos EUA nem à China

CC: O que fazer para essa retomada ser imediata?

DC: Será preciso promover uma produção qualificada e baseada na nova economia do conhecimento, entendendo que a riqueza e o desenvolvimento não estão mais na indústria tradicional, e sim em uma moderna estrutura, rica em ciência, tecnologia e inovação, e que constrói uma manufatura avançada, baseada em serviços intelectualmente densos e na agricultura científica e de precisão. Da mesma forma, é preciso reorganizar práticas políticas nas relações de trabalho de forma a resgatar a maioria informal que está precarizada na nossa massa trabalhadora, o que leva ao aviltamento salarial e ao aumento do subemprego.

CC: O chamado "teto de gastos" é um empecilho?

DC: O futuro governo deve praticar uma nova política fiscal e monetária, que chamam de finanças funcionais, para obter autonomia e autossustentação no financiamento do desenvolvimento. Precisa ainda atacar decisivamente os dois problemas sociais mais agudos do País: o alto desemprego e as péssimas condições de vida nas periferias metropolitanas. Isso pode ser conseguido através da implantação de um programa de emprego garantido, de trabalho aplicado financiado pelo Estado e que se deve tornar também o eixo das políticas sociais da Educação, Saúde, Saneamento Básico etc., com programas de qualificação profissional nessas áreas.

CC: É possível falar em "estratégia nacional" nes-

TOYOTA DO BRASIL E REDES SOCIAIS

O DESENVOLVIMENTO NÃO ESTÁ MAIS NA INDÚSTRIA TRADICIONAL, E SIM EM UMA MODERNA ESTRUTURA, RICA EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, QUE CONSTRÓI UMA MANUFATURA AVANÇADA

te governo de frente ampla que está se construindo em torno de Lula? Quais são os elos estratégicos que podem unir nos próximos anos as diversas visões políticas que comporão o governo?

DC: Para fazer uma estratégia nacional tem de ter um programa nacional, não é? Então, é necessário que se ordene esse processo de formação de um projeto nacional para o Brasil. Que exista uma vertente interna que analise as questões a serem resolvidas no plano interno em acordo com as tarefas fundamentais que elenquei anteriormente. E também uma inserção externa do Brasil, que deve ser buscada em consenso e em torno dos interesses nacionais. Acho que é possível uma estratégia nacional, desde que se tenha um projeto nacional que seja devidamente discutido. Temos de recuperar a ideia de que o Estado só se legitima se cada cidadão enxergar no projeto nacional o seu próprio projeto. Para isso, é fundamental que ele seja discutido, pactuado e levado ao conhecimento da população.

CC: Para onde apontam as primeiras sinalizações feitas pelo futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e pelo próximo presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em termos de economia e infraestrutura?

DC: Não tenho total discernimento sobre qual será a postura de Haddad para a gestão da nossa economia. Sei que há uma variante positiva nesse processo, que é o fato de o futuro ministro não estar alinhado com os chamados interesses do mercado. Isso é importante, porque nos últimos 40 anos os interesses do mercado só levaram o Brasil a ficar estacionário.

"O BNDES pode cumprir um importante papel na reindustrialização do País"

CC: Qual seria o papel ideal do BNDES dentro de uma estratégia nacional de recuperação?

DC: É bom frisar que o BNDES é uma instituição criada para gerar ativos, e não para transferir ativos do setor público ao setor privado, e vice-versa. Duas tarefas são fundamentais para recuperar os investimentos. O BNDES deve ter papel forte na infraestrutura, como teve na época de sua criação, quando se dedicou ao setor elétrico e ao transporte ferroviário. A instituição também deve se preocupar com itens relativos à reindustrialização do País.

CC: O ex-chanceler Celso Amorim afirma que o Brasil "não pode sair dos braços dos EUA e cair nos braços da China". O senhor concorda? Como o País deve se mover nos meandros desta nova "Guerra Fria"?

DC: A colocação de Amorim é perfeita. Os interesses nacionais devem ser colocados acima daqueles dos demais países. Para isso, a neutralidade é fundamental na relação de choque hoje existente entre a China e os EUA. Essa neutralidade exige que não fiquemos alinhados aos norte-americanos. O interesse maior do Brasil é a constituição de um bloco na América do Sul, de forma a assumir papel de liderança nas questões mundiais.

CC: Lula deve tentar recuperar o protagonismo perdido no BRICS? O grupo ainda tem valor estratégico para o Brasil?

DC: Claro que sim. O BRICS é uma instituição muito interessante na medida em que cria condições para a alavancagem do multilateralismo, o que nos interessa enquanto nação. O BRICS tem um papel a ser exercido nas relações internacionais, e o Brasil tem a sorte de ser fundador e protagonista do grupo. É preciso avançar na construção dessa aliança. •

Venes Caitano

Não há inclusão produtiva sem conexão

REDES ATUAM PARA FACILITAR O ACESSO A VAGAS DE TRABALHO E FORTALECER PEQUENOS EMPREENDEDORES, COMO O PROGRAMA BORA DA AMBEV

A busca por um emprego ou por novos clientes pode parecer uma tarefa simples diante das diversas ferramentas digitais existentes hoje. Mas a realidade é que muitos brasileiros enfrentam dificuldades recorrentes para definir suas próprias competências ou detectar e explorar nichos de mercado promissores. Superar essas barreiras é uma condição essencial da inclusão produtiva, movimento pela redução da pobreza articulado por corporações e outros atores sociais.

Os contatos das grandes empresas são tão importantes quanto os aportes financeiros. As conexões abrem espaços para que os empreendedores possam ampliar a base de atuação e para que os trabalhadores consigam se inserir no mercado de trabalho. Assim, fazer o capital social retornar como crescimento econômico.

Por essa relevância, a conexão é um dos três pilares que norteiam o programa Bora da Ambev, uma iniciativa que pretende incluir produtivamente 5 milhões de brasileiros nos próximos 10 anos. Além de conhecimento e suporte financeiro, a empresa se esforça para tecer uma rede de contatos interligada a diversos projetos de geração de emprego, ampliação de renda e fortalecimento de pequenos empreendedores.

"Nosso objetivo é tentar ampliar essas conexões. Quando falamos de Ambev, é o papel de conexão, de crescimento compartilhado. Como eu consigo meu conhecimento e o meu crescimento? Como eu consigo fazer com que as pessoas atinjam o potencial delas? Seja uma conexão, seja uma entrevista de emprego. Essa pessoa, muitas vezes, não acessa as principais ferramentas", diz Carlos Pignatari, diretor de Impacto Positivo da Ambev.

FOTO: PRISCILA PRADE

ESPAÇOS PARA AMPLIAR A REDE DE CONTATOS

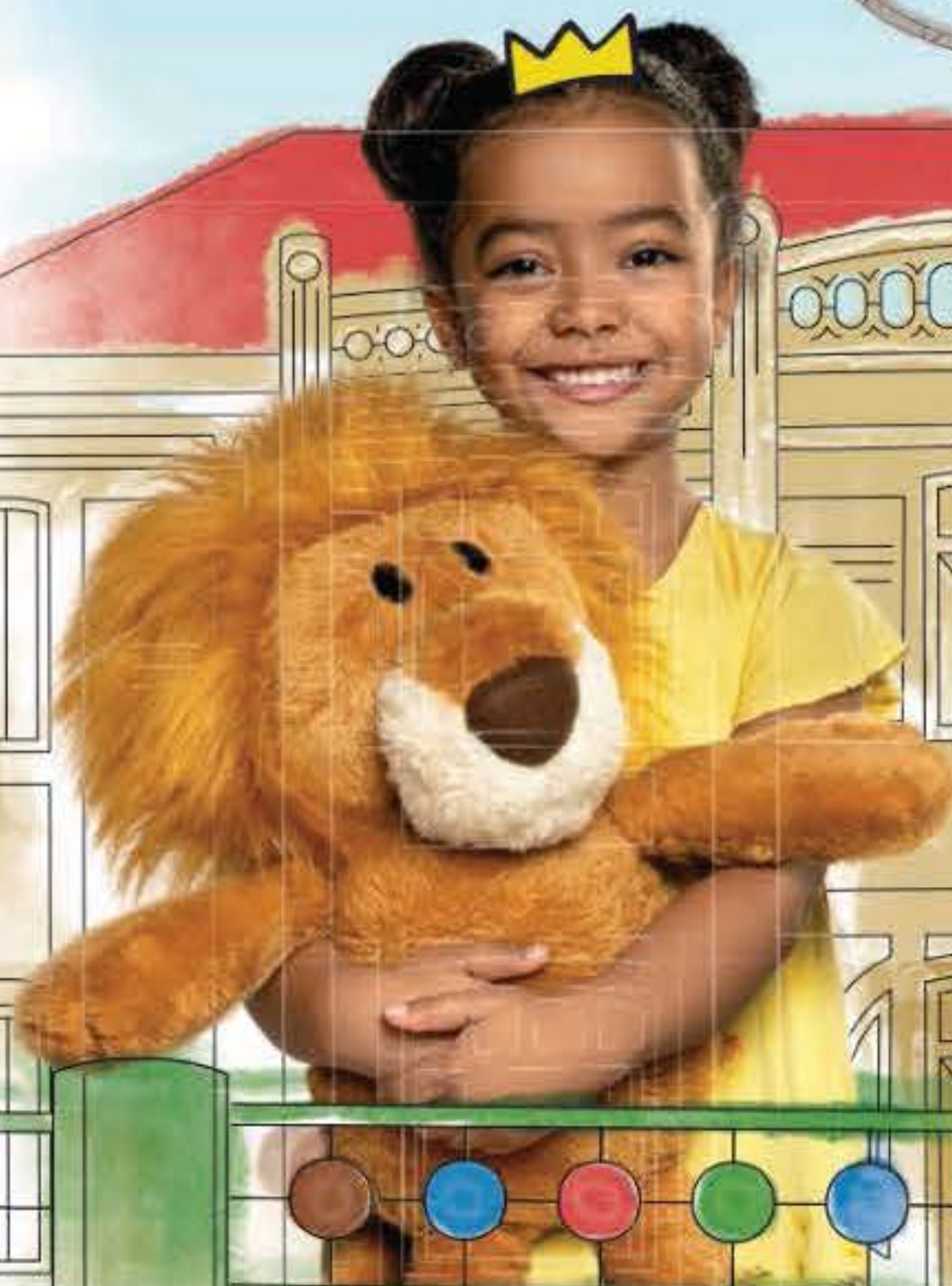
No projeto realizado em parceria com a Rede Mulher Empreendedora, o Bora Empreender com Comida, uma das etapas prevê conectar mulheres que atuam no setor de gastronomia para que elas possam ampliar a rede. O programa vai capacitar 2 mil mulheres em Recife-PE e São Luís-MA.

"Vamos conectar essas mulheres a ambientes onde elas possam vender os produtos e serviços, ou seja, elas participarão da rede da Ambev, do espaço que a empresa proporciona, para que elas consigam se conectar a outros empreendedores, outros negócios e, eventualmente, se tornarem até fornecedoras", explica Ana Fontes, fundadora da Rede Mulher Empreendedora.

CONEXÃO NO EMPREENDEDORISMO DAS COMUNIDADES

O Bora tem duas frentes de atuação: empreendedores e comunidades. O trabalho é feito com proprietários de pequenos bares e restaurantes e também com quem está procurando emprego. Depois de seguir a trilha do conhecimento, o programa conecta quem precisa contratar com quem busca colocação.

A conexão é essencial para o empreendedorismo e para quem busca um emprego. "Devemos ter capital humano, financeiro, social e psicológico, tanto na empregabilidade quanto no empreendedorismo. Quando você tem alta renda, você tem acesso a novos mercados e investimentos. Na periferia, você pode ter boas conexões, mas geralmente é só na sua base. E isso dificulta o acesso, o contato com o mercado e a estrutura", explica Edgard Barki, coordenador do Centro de Empreendedorismo da FGV.

Acesse o QR Code para assistir à entrevista

Seu leão pode colorir a vida de muitas crianças
ATÉ 29/12
Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe
No Brasil, apenas 3,15% do potencial de doação de IR da população foi destinado para instituições filantrópicas em 2020. Isso representa mais de R$ 8 bilhões que poderiam impactar o cenário da saúde no país.
E você, ao destinar até 6% do seu Imposto de Renda para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, pode contribuir para mudar essa realidade, de forma fácil e sem custos.
Ajude a transformar a vida de milhares de crianças e adolescentes.
Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.
Contamos com você!
(41) 2108-3886 (41) 99962-4461
doepequenoprincipe.org.br
10 anos
HOSPITAL pequeno PRÍNCIPE